



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Convocação Ref.: Pregão Eletrônico nº 53/2023 - Processo nº 172/2023 Considerando a rescisão parcial amigável com a empresa L J MACKERT - ME, esta Administração vem por meio deste, CONVOCAR as licitantes classificadas nos itens 08, 13, 25 e 31, para dar continuidade na sessão de Licitação do Pregão Eletrônico nº 53/2023, Processo nº 172/2023, que objetiva aquisição de equipamentos e materiais permanentes eletro/eletrônicos, destinados a estruturação do Centro Integrado de Atendimento em Saúde Mental a Criança e ao Adolescente no Município de Jales-SP (CIACA), conforme Termo de Referência - ANEXO I, por tempo determinado, no dia 05 de novembro de 2023 às 09h00 na Plataforma BLL.Jales, 30 de novembro de 2023.Kelly Fernandes FuentesPregoeira



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

## Lei Complementar nº 404, de 17 de novembro de 2023.

Cria cargos de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública do Município de Jales e dá outras providências.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar,

Art. 1º Ficam criados, na estrutura administrativa da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, os seguintes cargos de provimento efetivo:

- I - 1 (um) cargo de Psicólogo;
- II - 2 (dois) cargos de Assistente Social.

Art. 2º O provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar será realizado de forma gradual, nos termos do Art. 169 da Constituição Federal.

Art. 3º As atribuições, o vencimento, a escolaridade exigida e a carga horária dos cargos criados por esta Lei Complementar serão as especificadas no Anexo.

Art. 4º O caput do artigo 2º da Lei Complementar nº 374, de 13 de abril de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2º Ficam criados, na estrutura administrativa do Município de Jales, os seguintes cargos de provimento efetivo:**

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

**WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO**  
Secretário Municipal de Administração

## ANEXO

Tabela 01

Cargo: Psicólogo
<b>Descrição das Funções do Cargo (atribuições / responsabilidades):</b>
I - Proceder ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano, elaborando e aplicando técnicas psicológicas, como testes para a determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento no campo profissional e o diagnóstico e terapia clínicos.
II - Proceder à formulação de hipóteses e à sua comprovação experimental, observando a realidade e efetivando experiências de laboratório e de outra natureza, para obter elementos relevantes ao estudo dos processos de crescimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano e animal;
III - Analisar a influência dos fatores hereditários, ambientais e de outras espécies que atuam sobre o indivíduo, entrevistando o paciente, consultando sua ficha de atendimento, aplicando testes, elaborando psicodiagnóstico e outros métodos de verificação, para orientar-se no diagnóstico e tratamento psicológico de certos distúrbios emocionais e de personalidades;
IV - Promover a correção de distúrbios psíquicos, estudando características individuais e aplicando técnicas adequadas, para restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano;
V - Elaborar e aplicar testes, utilizando seu conhecimento e prática dos métodos psicológicos, para determinar o nível de inteligência, faculdades, aptidões, traços de personalidade e outras características pessoais, possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomendar a terapia adequada;
VI - Participar na elaboração de análises ocupacionais, observando as condições de trabalho e as funções típicas de cada ocupação, para identificar as aptidões, conhecimentos e traços de personalidade compatíveis com as exigências da ocupação e estabelecer um processo de seleção e orientação no campo profissional;
VII - Efetuar o recrutamento, seleção, treinamento, acompanhamento e avaliação de desempenho de pessoal e orientação profissional, promovendo entrevistas e elaborando e aplicando testes, provas e outras verificações, a fim de fornecer dados a serem utilizados nos serviços de emprego, administração de pessoal e orientação individual;
VIII - Atuar no campo educacional, estudando a importância da motivação no ensino, novos métodos de ensino e treinamento, a fim de contribuir para o estabelecimento de currículos escolares e técnicas de ensino adequadas e determinação de características especiais ao professor;
IX - Reunir informações a respeito dos pacientes, transcrevendo os dados psicopatológicos obtidos em testes e exames, para fornecer a médicos analistas e psiquiatras subsídios indispensáveis ao diagnóstico e tratamento das respectivas enfermidades;
X - Diagnosticar a existência de possíveis problemas na área de psicomotricidade, disfunções cerebrais mínimas, disritmias, dislexias e outros distúrbios psíquicos, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades momentâneas.
XI - Executar outras atividades ou tarefas correlatas, da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo, bem como aquelas determinadas pelo superior imediato.
Nível de Escolaridade: <b>Bacharel em Serviço Social em instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, com diploma registrado no órgão competente e registro regular no Conselho Regional de Psicologia - CRP.</b>
Vencimento: <b>R\$ 3.370,86</b>
Carga Horária: <b>40 (quarenta) horas semanais</b>

Tabela 02

Cargo: Assistente Social
<b>Descrição das Funções do Cargo (atribuições / responsabilidades):</b>
I - Prestação de serviços de âmbito social ao Município, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais, psíquicas e de outra ordem e aplicando métodos e processos básicos do serviço social, para prevenir ou eliminar desajustes de natureza biopsicossocial e promover a integração ou reintegração das pessoas à sociedade.
II - Aconselhar e orientar os indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas e aplicando a técnica do serviço social de casos, para possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e conseguir o seu ajustamento ao meio social;
III - Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades e promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso coletivo e a melhoria do comportamento individual;
IV - Desenvolver a consciência social do indivíduo, aplicando a técnica do serviço social de grupo aliado à participação em atividades comunitárias, para atender às aspirações pessoais desse indivíduo e inter-relacioná-lo ao grupo;
V - Programar a ação básica de uma comunidade nos campos social, médico e outros, valendo-se da análise de recursos e das carências socioeconômicas dos indivíduos e da comunidade em estudo, para possibilitar a orientação adequada dos indivíduos e o desenvolvimento harmônico da comunidade;
VI - Colaborar no tratamento de doenças orgânicas e psicossomáticas, atuando na remoção dos fatores psicossociais e econômicos que interferem no tratamento, para facilitar a recuperação da saúde;
VII - Organizar e executar programas de serviço social, realizando atividades de caráter educativo, recreativo, assistência à saúde e outras, para facilitar a integração dos indivíduos aos diversos tipos de ocupações e contribuir para melhorar as relações humanas no Município;
VIII - Assistir às famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhe suporte material, educacional, médico e de outra natureza, para melhorar a sua situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros;
IX - Dar assistência ao menor carente ou infrator, atendendo às suas necessidades primordiais, para assegurar-lhe desenvolvimento sadio da personalidade ou integração na vida comunitária;
X - Identificar os problemas e fatores que perturbam ou impedem a utilização da potencialidade dos educandos, analisando as causas dessas perturbações, para permitir a eliminação dos mesmos com vistas a um maior rendimento escolar; articular-se com profissionais especializados em outras áreas relacionadas a problemas humanos, intercambiando informações, a fim de obter subsídios para elaboração de diretrizes, atos normativos e programas de ação social referentes a campos diversos de atuação, como orientação e Reabilitação profissional, desemprego, amparo a inválidos, acidentados e outros.
XI - Executar outras atividades ou tarefas correlatas, da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo, bem como aquelas determinadas pelo superior imediato.
Nível de Escolaridade: <b>Bacharel em Serviço Social em instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, com diploma registrado no órgão competente e registro regular no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS.</b>
Vencimento: <b>R\$ 3.370,86</b>
Carga Horária: <b>40 (quarenta) horas semanais</b>



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

## Decreto nº 9.986, de 26 de outubro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.617, de 26 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

## DECRETO:

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 4.411.456,31 (quatro milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e um centavos).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO				
04.123.0004.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 160	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		Fonte	01	13.990,93	
04.123.0004.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 161	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	127.862,57	
04.123.0004.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 163	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS		Fonte	01	228.498,29	
04.123.0004.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 166	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		Fonte	01	86.522,05	
04.123.0004.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 167	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		Fonte	01	32.919,00	
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.122.0007.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 306	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	3.077,48	
08.122.0007.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 310	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		Fonte	01	2.194,85	
08.244.0007.2003.1311	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 353	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	684,49	
08.244.0007.2003.1311	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 358	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		Fonte	01	1.043,62	
08.244.0007.2003.1321	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 359	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	75.293,22	
08.244.0007.2003.1331	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 367	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	21.134,80	
08.244.0007.2003.1382	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 375	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	24.727,70	
02	09	01	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO				
12.122.0011.2003.1130	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 456	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		Fonte	01	340,71	
12.122.0011.2003.1130	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 459	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS		Fonte	01	24.276,57	
02	09	01	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO				
12.122.0011.2003.1130	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 461	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		Fonte	01	47.789,02	
02	09	11	FUNDEB				
12.361.0011.2002.1131	FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO						
Ficha 486	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		Fonte	02	2.269.857,14	
12.365.0011.2002.1111	FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO						
Ficha 495	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		Fonte	02	43.967,86	
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES				
12.364.0011.2003.1161	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 531	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	300,83	
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA				
12.361.0011.2002.1130	FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO						
Ficha 576	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS		Fonte	01	214.738,94	
12.365.0011.2116.1110	FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO - CRECHE						
Ficha 661	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS		Fonte	01	12.515,46	
12.365.0011.2117.1110	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL - CRECHE						
Ficha 666	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	551.703,36	
12.365.0011.2117.1110	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL - CRECHE						
Ficha 667	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	10.367,97	
12.365.0011.2117.1110	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL - CRECHE						
Ficha 668	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS		Fonte	01	144.085,09	
12.365.0011.2118.1120	FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO - PRÉ ESCOLA						
Ficha 673	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS		Fonte	01	42.717,40	
12.365.0011.2119.1120	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL - PRÉ ESCOLA						
Ficha 676	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	16.655,38	
12.366.0011.2002.1170	FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO						
Ficha 683	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	5.131,28	
12.366.0011.2002.1170	FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO						
Ficha 686	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS		Fonte	01	1.015,41	
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.122.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 721	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	210.344,37	
10.122.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 722	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		Fonte	01	6.153,00	
10.122.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 725	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS		Fonte	01	11.198,45	
10.122.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 727	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		Fonte	01	5.619,70	
10.122.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 728	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		Fonte	01	3.215,00	
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 757	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		Fonte	05	22.000,00	
10.301.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 758	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		Fonte	01	638,90	
10.301.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 761	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS		Fonte	01	30.782,93	
10.301.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 764	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		Fonte	01	109.450,00	
10.302.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL						
Ficha 786	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		Fonte	01	8.642,54	

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 4.411.456,31 (quatro milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e um centavos) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO				
04.123.0004.2003.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA							
Ficha	159	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-16.532,14	
04.123.0004.2003.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA							
Ficha	162	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte	01	-771,22	
04.123.0004.2003.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA							
Ficha	165	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	Fonte	01	-5.423,74	
02	08	01	SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL				
08.122.0007.2003.1381 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	280	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-4.180,67	
08.122.0007.2003.1381 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	281	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-2.000,00	
08.122.0007.2003.1381 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	282	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte	01	-1.000,00	
08.122.0007.2003.1381 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	283	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	-9.336,18	
08.122.0007.2003.1381 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	284	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	Fonte	01	-1.000,00	
08.122.0007.2003.1381 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	285	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	-21.809,28	
08.122.0007.2003.1381 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	286	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte	01	-2.335,00	
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.122.0007.2003.0000 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	304	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-35.463,63	
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.122.0007.2003.0000 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	305	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte	01	-2.653,00	
08.122.0007.2003.0000 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	307	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte	01	-3.000,00	
08.122.0007.2003.0000 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	308	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	-26.140,13	
08.122.0007.2003.0000 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	309	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	Fonte	01	-1.000,00	
08.122.0007.2003.0000 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	311	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte	01	-10.695,00	
08.244.0007.2003.1311 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	351	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-5.285,98	
08.244.0007.2003.1311 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	354	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte	01	-46.000,00	
08.244.0007.2003.1311 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	355	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	-801,89	
08.244.0007.2003.1311 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	356	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	Fonte	01	-1.000,00	
08.244.0007.2003.1311 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	357	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	-1.000,00	
08.244.0007.2003.1321 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	361	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	-28.916,73	
08.244.0007.2003.1321 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Ficha	362	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte	01	-4.000,00	



12.367.0011.2002.1180	GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Ficha 707	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte 01	-21.200,00	
02 10 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.122.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 723	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte 01	-2.516,14	
10.122.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 724	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte 01	-12.000,00	
10.122.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 726	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	Fonte 01	-760,72	
10.301.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 759	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte 01	-23.005,70	
10.301.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 760	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte 01	-51.511,81	
10.301.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 762	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	Fonte 01	-9.000,00	
10.301.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 763	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte 01	-17.116,93	
10.302.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 785	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte 01	-3.597,81	
02 10 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.302.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 787	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte 01	-12.000,00	
10.302.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 788	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte 01	-50.284,12	
10.302.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 789	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	Fonte 01	-1.000,00	
10.302.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 790	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte 01	-23.460,00	
10.303.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 808	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte 01	-14.748,06	
10.303.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 809	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte 01	-2.805,97	
10.303.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 810	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte 01	-14.774,02	
10.303.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 811	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	Fonte 01	-1.000,00	
10.303.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 812	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte 01	-4.385,00	
10.304.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 824	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte 01	-1.594,61	
10.304.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 825	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte 01	-2.000,00	
10.304.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 826	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte 01	-10.683,38	

10.304.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 827	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	Fonte 01	-1.000,00	
10.304.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 828	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte 01	-2.780,00	
10.305.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 839	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte 05	-22.000,00	
10.305.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 840	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte 01	-19.883,55	
10.305.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 841	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte 01	-59.734,14	
10.305.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 842	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	Fonte 01	-10.000,00	
10.305.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 843	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte 01	-30.316,53	
10.305.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 844	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	Fonte 01	-1.000,00	
02 10 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.305.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 845	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte 01	-25.240,00	

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26de outubro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO

Secretário Municipal de Administração

Ficha 214	4.4.90.51.0 0	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	-274.972,85
15.451.0014.1001.0000	GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO			
Ficha 962	4.4.90.51.0 0	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte 01	-6.675,76
02 08 02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.122.0007.2099.0000	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Ficha 118	3.3.90.14.0 2 0	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	Fonte 01	-500,00
02 09 01	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO			
12.122.0011.2120.0000	GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
Ficha 107	4.4.90.52.0 0	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 01	-1.371,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de outubro de 2023.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO

Secretário Municipal de Administração

	<h1>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES</h1> <h2>Estado de São Paulo</h2>
Decreto nº 9.996,de 27 de outubro de 2023.	
Atualiza a Tabela de Preços Públicos do Cemitério.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.,	
Considerando a necessidade de correção desses valores, anualmente, através do índice inflacionário INPC do IBGE acumulado no período de outubro de 2022 a setembro de 2023, a saber: 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento).	
<b>DECRETO:</b>	
Art. 1º Fica aprovada a Tabela de Preços Públicos relativos a:	
DESCRIMINAÇÃO	PREÇO EM R\$
<b>I – CEMITÉRIO</b>	
a) Guia de recolhimento.....	6,02
b) Alvará para construção de túmulos.....	23,31
c) Alvará para reforma de túmulos.....	23,31
d) Fornecimento de placa de sepultamento.....	23,31
e) Tarifa de utilização do velório municipal.....	121,63
<b>II – INUMACÃO DE CADAVER (SEPLAMENTO)</b>	
a) Adultos.....	99,14
b) Menores.....	77,78
<b>III – TERRENO EM CEMITÉRIO (PERPÉTU A)</b>	
a) Adultos.....	140,24
b) Exumação de cadáver (retirada) maior ou menor.....	80,91
c) Abertura para nova inumação.....	99,09
d) Abertura de perpétua (terra) para nova inumação.....	59,74
e) Abertura de jazigo para nova inumação.....	98,16
f) Abertura de gaveta para nova inumação.....	59,74
g) Gaveta.....	436,72
h) Carneira Simples.....	562,10
i) Carneira Duplo.....	922,35
j) Aquisição de terreno por m² para jazigo.....	118,74
k) Sepultura dupla vertical.....	949,29
l) Sepultura tripla vertical.....	1.409,27
m) Jazigo de seis gavetas com galeria.....	2.669,79

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2023.


LUIS HENRIQUEDOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO

Secretário Municipal de Administração

	<h1>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES</h1> <h2>Estado de São Paulo</h2>
Lei Complementar nº 400, de 26 de outubro de 2023.	
Altera a Lei Complementar nº 374, de 13 de abril de 2022.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc., faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:	
Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 374, de 13 de abril de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:	
Art. 1º Ficam criados, na estrutura administrativa do Município de Jales, os seguintes cargos isolados de provimento efetivo:	
<b>I - 06 (seis) cargos de Professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE;</b>	
<b>II - 01 (um) cargo de Psicólogo;</b>	
<b>III - 01 (um) cargo de Assistente Social.</b>	
Art. 2º O Anexo I da Lei Complementar nº 374, de 13 de abril de 2022, passa a vigorar conforme o Anexo I desta Lei Complementar.	
Art. 3º O Anexo II da Lei Complementar nº 374, de 13 de abril de 2022, passa a vigorar conforme o Anexo II desta Lei Complementar.	
Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.	
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26de outubro de 2023.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA	
Prefeito do Município	
Registrada e Publicada:	
WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO	
Secretário Municipal de Administração	

## ANEXO I

### DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Cargo: <b>Psicólogo</b>
<b>Descrição das Funções do Cargo (atribuições / responsabilidades):</b>
I - Atuar no âmbito da educação, nas instituições formais ou informais;
II - Colaborar para a compreensão e para a mudança do comportamento de professores e educandos, no processo de ensino-aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre às dimensões política, econômica, social e cultural;
III - Realizar pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica individual ou em grupo;
IV - Participar também da elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino;
V - Colaborar com a adequação, por parte dos professores, de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis na consecução crítica e reflexiva de seus papéis;
VI - Desenvolver trabalhos com professores e alunos, visando a explicitação e a superação de entraves institucionais ao funcionamento produtivo das equipes e ao crescimento individual de seus integrantes;
VII - Desenvolver, com os participantes do trabalho escolar (pais, alunos, diretores, professores, técnicos, pessoal administrativo), atividades visando prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais que possam bloquear, na escola, o desenvolvimento de potencialidades, a autorrealização e o exercício da cidadania consciente;
VIII - Elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, em situações escolares específicas, visando, através de uma ação coletiva e interdisciplinar a implementação de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem

e o desenvolvimento;
IX - Planejar, executar e/ou participar de pesquisas relacionadas a compreensão de processo ensino-aprendizagem e conhecimento das características Psicossociais da clientela, visando a atualização e reconstrução do projeto pedagógico da escola, relevante para o ensino, bem como suas condições de desenvolvimento e aprendizagem, com a finalidade de fundamentar a atuação crítica do Psicólogo, dos professores e usuários e de criar programas educacionais completos, alternativos ou complementares;
X - Participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação naqueles aspectos que digam respeito aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participar da constante avaliação e do redirecionamento dos planos e práticas educacionais implementados;
XI - Desenvolver programas de orientação profissional, visando um melhor aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano, fundamentados no conhecimento psicológico e numa visão crítica do trabalho e das relações do mercado de trabalho;
XII - Diagnosticar as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminhar, aos serviços de atendimento da comunidade, aqueles que requeiram diagnóstico e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na escola, buscando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade;
XIII - Supervisionar, orientar e executar trabalhos na área de Psicologia Educacional;
XIV - Atuar, principalmente, em atividades ligadas à saúde, serviços sociais e pessoais e educação;

XV - Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde;
XVI - Desenvolver serviços relacionados à problemática pessoal, educacional e organizacional e a estudos clínicos individuais e coletivos;
XVII - Elaborar e aplicar métodos e técnicas de pesquisa das características psicológicas dos indivíduos; organizar e aplicar métodos e técnicas de recrutamento e seleção de pessoal e de orientação profissional, bem como a avaliação desses processos para controle de sua validade;
XVIII - Realizar estudos e aplicações práticas no campo da educação;
XIX - Participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos;
XX - Desenvolver trabalhos de clínica psicológica;
XXI - Prestar assessoria e consultoria técnica em assunto de natureza psicológica;
XXII - Redigir relatórios das atividades executadas e informar processos e papéis diversos;
XXIII - Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;
XXIV - Executar outras atividades ou tarefas correlatas, da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo, bem como aquelas determinadas pelo superior imediato.
Nível de Escolaridade: <b>Bacharel em Psicologia em instituição de ensino reconhecida pelo MEC, com diploma registrado no órgão competente e registro regular no Conselho Regional de Psicologia – CRP.</b>
Forma de Provimento: <b>Concurso Público de Provas e Títulos</b>

Cargo: <b>Assistente Social</b>
<b>Descrição das Funções do Cargo (atribuições / responsabilidades):</b>
I - Organizar e executar programas de promoção e serviço social, realizando atividades de caráter educativo, recreativo, assistência à saúde e outros;
II - Analisar causas de desajustamentos sociais para estabelecer planos de ação capazes de restabelecer a normalidade de comportamento dos indivíduos em relação a si próprios, aos seus semelhantes ou ao meio social e principalmente na vida escolar;
III - Executar programas, projetos e/ou atividades que visem prevenir a marginalização dos alunos e minimizar os problemas decorrentes da carência socioeconômica das famílias;
IV - Integrar os recursos da comunidade escolar e da Secretaria Municipal para melhor atendimento aos alunos matriculados nas escolas municipais e profissionais da Secretaria Municipal de Educação, quando for solicitado pelas equipes gestoras das escolas e da Secretaria de Educação;
V - Trabalhar em conjunto com o Psicólogo Educacional, sempre buscando o melhor para os alunos e servidores;
VI - Coordenar atividades voltadas para os alunos com necessidades especiais, garantindo assim um melhor desempenho no processo ensino-aprendizagem;
VII - Executar treinamento de pessoal aos serviços afins, para atender a clientela escolar na ocorrência de eventos danosos;
VIII - Assessorar as Instituições Escolares, mantidas pela Secretaria Municipal de Educação do Município, colaborar com campanhas e certames de caráter assistencial patrocinado pela administração direta, indireta ou autarquia ou entidades afins;
IX - Elaborar parecer técnico e acompanhar em conjunto com o Psicólogo e demais


membros da equipe gestora de cada escola sempre observando as Leis Municipais, solicitações e convênios, verificação de prestações de contas, dentre outras atividades correlatas e inerentes ao cargo;
X - Sujeito a serviços externos e atendimento ao público;
XI - Fazer estudo dos problemas de ordem moral, social e econômica de pessoas ou famílias desajustadas;
XII - Elaborar histórico e relatório dos casos apresentados, aplicando os métodos adequados à recuperação de menores e pessoas desajustadas;
XIII - Orientar as atividades de pequeno grupo de auxiliares que executam trabalho variado de assistência social;
XIV - Prestar serviços de âmbito social, individualmente e/ou em grupos, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais e sociais, aplicando métodos e processos básicos do serviço social;
XV - Organizar a participação dos indivíduos em grupo, desenvolvendo suas potencialidades e promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso coletivo e a melhoria do comportamento individual;
XVI - Programar a ação básica de uma comunidade nos campos social, médico e outros, através da análise dos recursos e das carências socioeconômicas dos indivíduos e da comunidade, de forma a orientá-los e promover seu desenvolvimento;
XVII - Planejar, executar e analisar pesquisas socioeconômicas, educacionais e outras, utilizando técnicas específicas para identificar necessidades e subsidiar programas educacionais, habitacionais, de saúde e formação de mão de obra;
XVIII - Efetuar triagem nas solicitações de ambulância, remédios, gêneros alimentícios, recursos financeiros e outros, prestando atendimento na medida do possível;
XIX - Acompanhar casos especiais como problemas de saúde, relacionamento familiar, drogas, alcoolismo e outros, sugerindo o encaminhamento aos órgãos competentes de assistência, para possibilitar atendimento dos mesmos;
XX - Encaminhar a creches, asilos, educandários, clínicas especializadas e a outras entidades de assistência social interessados que necessitem de amparo, providenciando, para esse fim, internamentos, transferência e concessão de subsídios;
XXI - Organizar e controlar fichário de instituições e pessoas que cooperam para a solução de problemas de assistência social;
XXII - Redigir relatórios das atividades executadas e informar processos e papéis diversos;
XXIII - Elaborar relatórios sobre assuntos pertinentes a sua área;
XXIV - Executar outras atividades ou tarefas correlatas, da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo, bem como aquelas determinadas pelo superior imediato.
Nível de Escolaridade: <b>Bacharel em Serviço Social em instituição de ensino reconhecida pelo MEC, com diploma registrado no órgão competente e registro regular no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS.</b>
Forma de Provimento: <b>Concurso Público de Provas e Títulos</b>

## ANEXO II


### DOS VENCIMENTOS DOS CARGOS

CARGO	VENCIMENTOS
Psicólogo	R\$ 3.370,86

Assistente Social	R\$ 3.370,86
-------------------	--------------

	<h1>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES</h1> <h2>Estado de São Paulo</h2>
Lei Complementar nº 401, de 26 de outubro de 2023.	
Revoga o Inciso III do Artigo 3º da Lei Complementar nº 239, de 24 de abril de 2014, que instituiu a gratificação para desempenho de funções do sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Legislativo e deu outras providências.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc., faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:	
Art. 1º Fica revogado o inciso III do Artigo 3º da Lei Complementar nº 239, de 24 de abril de 2014.	
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de outubro de 2023.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA	
Prefeito do Município	
Registrada e Publicada:	
WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO	
Secretário Municipal de Administração	





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 402, de 26 de outubro de 2023.

Institui a Gratificação de Atividades Complementares (GAC) no âmbito do Poder Legislativo de Jales.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc., faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º Fica instituída a Gratificação de Atividades Complementares (GAC) no âmbito da Câmara Municipal de Jales.

Art. 2.º A gratificação a que se refere o caput será devida ao servidor que desempenhar atividade complementar às suas de origem, desde que não prevista no rol de atribuições constantes dos cargos da Lei Municipal nº 4.430, de 16 de novembro de 2015, tendo sempre por objetivo a realização de trabalhos necessários à consecução das finalidades exigidas pela Câmara Municipal de Jales.

Art. 3.º A gratificação ora instituída será devida tendo por base o Padrão “A” – Referência “00” da Tabela de Padrões e Referências do Poder Legislativo (Anexo III, da Resolução nº 02, de 13/02/85, com suas alterações posteriores), tendo como referência a complexidade, o tempo e dedicação necessária do servidor à atividade desempenhada.

§ 1.º A gratificação será atribuída em 03 (três) níveis, os quais deverão refletir o grau de complexidade exigido para o desempenho da atividade para a qual o servidor for designado a realizar, sendo:

a) Nível Básico – 01 GAC – para atividades que exijam baixo grau de dificuldade de execução e pequeno tempo de realização;

b) Nível Médio – 02 GAC – para atividades que exijam médio grau de dificuldade de execução e médio tempo de realização;

c) Nível Máximo – 03 GAC – para atividades que exijam alto grau de dificuldade de execução e avançado tempo de realização.

§ 2.º A gratificação ora instituída será paga mensalmente ao servidor que a ela fizer jus pela contraprestação da atividade desempenhada, enquanto perdurar sua necessidade, tendo por base a determinação expressa do Presidente da Casa, atribuindo ao servidor, através de Portaria, as atividades complementares às suas a serem desempenhadas, até o limite máximo de 03 (três) gratificações por servidor (Nível Máximo), devidamente justificadas ante ao grau de complexidade necessária.

§ 3.º Somente poderá ser atribuída a gratificação a servidor que tiver, comprovadamente, capacidade para desempenhar determinada atividade, sob pena de responsabilização.

§ 4.º Não será devido o pagamento da gratificação para desempenho de atividades complementares semelhantes a mais de um servidor.

Art. 3.º A Gratificação de Atividades Complementares não será incorporada aos vencimentos do servidor e não fará parte dos proventos de aposentadoria.

Art. 4.º O valor da gratificação prevista no *caput* deste artigo será objeto de reajuste nas mesmas datas e índices da revisão geral prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.


Art. 5.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2023.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 403, de 09 de novembro de 2023.

Altera a Lei Complementar nº 298, de 14 de dezembro de 2018.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido o inciso XIV ao § 1º do artigo 165 da Lei Complementar nº 298, de 14 de dezembro de 2018, com a seguinte redação:

**XIV - Secretaria Municipal de Administração - um membro.**


Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 09 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.622, de 26 de outubro de 2023.

Dispõe sobre a inclusão no calendário oficial de Eventos do Município de Jales do “Dia de Luta das Pessoas com Deficiência” dá outras providências.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc., faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município o “Dia de Luta das pessoas com Deficiência”, que será comemorado anualmente no dia 21 de setembro.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.614, de 11 de outubro de 2023.

Altera a Lei nº 4.940, de 12 de dezembro de 2019.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º O Inciso II do Parágrafo único do Artigo 1º da Lei nº 4.940, de 12 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

II – Que o valor do repasse mensal limitar-se-á a 1,89% da receita corrente líquida da autarquia, de acordo com os repasses ao DEPRE – Regime Especial de Pagamento de Precatórios.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 11 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.615, de 26 de outubro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS			
13.392.0013.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	124	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	35.000,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.303.0010.2121.0000			CENTRO INT. DE ATEND. EM SAÚDE MENTAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUN. JALES (CIACA)			
Ficha	1188	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	60.000,00
10.301.0010.2036.0000			MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha	1215	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	02	300.000,00

Art. 3ºO presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais) de anulação das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS			
13.392.0013.2120.1002			PROMOÇÃO DA CULTURA			
Ficha	1112	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	-35.000,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.122.0010.2035.0000			GESTÃO DA SAÚDE			
Ficha	733	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	-3.075,55
10.122.0010.2035.0000			GESTÃO DA SAÚDE			
Ficha	736	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	Fonte	01	-16.103,64
10.301.0010.1001.0000			OBRAS E INSTALAÇÕES			
Ficha	963	4.4.90.51.00		Fonte	01	-40.820,81
10.301.0010.2036.0000			GESTÃO DA SAÚDE			
Ficha	1190	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	02	-300.000,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual - PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias - LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.


Art. 5ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.616, de 26 de outubro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 509.175,00 (quinhentos e nove mil, cento e setenta e cinco reais).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	09	11	FUNDEB			
12.361.0011.2003.1132			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Fich	1166	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Font e	02	486.175,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.303.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Fich	1173	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Font e	05	19.000,00
10.304.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Fich	1174	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Font e	05	4.000,00

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 509.175,00 (quinhentos e nove mil, cento e setenta e cinco reais) de anulação das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	09	11	FUNDEB			
12.361.0011.2002.1131			GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
Fich	490	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Font e	02	-486.175,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.305.0010.2003.0000			GESTÃO DA SAÚDE			
Fich	839	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Font e	05	-23.000,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual - PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias - LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.


Art. 5ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.617, de 26 de outubro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 4.411.456,31 (quatro milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e um centavos).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			
08.123.0004.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	160	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte	01	13.990,93
08.123.0004.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	161	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	127.862,57
08.123.0004.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	163	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	228.498,29
08.123.0004.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	166	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	86.522,05
08.123.0004.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	167	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte	01	32.919,00
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.122.0007.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	306	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	3.077,48
08.122.0007.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	310	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	2.194,85
08.244.0007.2003.1311			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	353	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	684,49
08.244.0007.2003.1311			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	358	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte	01	1.043,62
08.244.0007.2003.1321			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	359	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	75.293,22
08.244.0007.2003.1331			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	367	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	21.134,80
08.244.0007.2003.1382			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	375	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	24.727,70
02	09	01	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO			
12.122.0011.2003.1130			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	456	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte	01	340,71
12.122.0011.2003.1130			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			

Ficha	459	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	24.276,57
02	09	01	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO			
12.122.0011.2003.1130			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	461	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	47.789,02
02	09	11	FUNDEB			
12.361.0011.2002.1131			FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO			
Ficha	486	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	02	2.269.857,14
12.365.0011.2002.1111			FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO			
Ficha	495	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	02	43.967,86
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES			
12.364.0011.2003.1161			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	531	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	300,83
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA			
12.361.0011.2002.1130			FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO			
Ficha	576	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	214.738,94
12.365.0011.2116.1110			FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO - CRECHE			
Ficha	661	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	12.515,46
12.365.0011.2117.1110			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL - CRECHE			
Ficha	666	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	551.703,36
12.365.0011.2117.1110			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL - CRECHE			
Ficha	667	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	10.367,97
12.365.0011.2117.1110			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL - CRECHE			
Ficha	668	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	144.085,09
12.365.0011.2118.1120			FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO - PRÉ ESCOLA			
Ficha	673	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	42.717,40
12.365.0011.2119.1120			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL - PRÉ ESCOLA			
Ficha	676	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	16.655,38
12.366.0011.2002.1170			FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO			
Ficha	683	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	5.131,28
12.366.0011.2002.1170			FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTÉRIO			
Ficha	686	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	1.015,41
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.122.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	721	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	210.344,37
10.122.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	722	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte	01	6.153,00
10.122.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	725	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	11.198,45
10.122.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	727	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	5.619,70
10.122.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	728	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte	01	3.215,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	757	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	05	22.000,00
10.301.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	758	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte	01	638,90
10.301.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	761	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte	01	30.782,93
10.301.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	764	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte	01	109.450,00
10.301.0010.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL			
Ficha	786	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	8.642,54

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 4.411.456,31 (quatro milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e um centavos) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO			
08.123.0004.2003.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	159	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01	







10.302.0010.1002.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 782	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	-2.000,00
10.302.0010.1002.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 783	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-100,00
10.302.0010.2036.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 800	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte	01	-1.000,00
10.302.0010.2036.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 801	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-1.000,00
10.303.0010.1002.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 805	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	-1.000,00
10.303.0010.1002.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 806	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-100,00
10.303.0010.2036.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 817	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte	01	-1.000,00
10.303.0010.2036.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 819	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-1.000,00
10.304.0010.1002.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 821	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	-5,50
10.304.0010.1002.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 822	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-100,00
10.304.0010.2036.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 829	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	-500,00
10.304.0010.2036.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 833	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-1.000,00
02 10 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.305.0010.1002.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 836	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-100,00
10.305.0010.2036.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 851	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-1.000,00
10.306.0010.2036.0000	GESTÃO DA SAÚDE				
Ficha 857	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-1.000,00
02 11 02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER				
27.812.0021.2120.0000	GESTÃO DO ESPORTE				
Ficha 878	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-100,00
02 12 01	SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL				
04.131.0004.2099.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 881	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Fonte	01	-750,00
04.131.0004.2099.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 883	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-5.000,00
04.131.0004.2120.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 885	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	-1.000,00
04.131.0004.2120.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 889	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-1.000,00
04.131.0004.2120.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 890	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	-312,00
02 13 00	SECRETARIA MUN DE GOVERNO - SMG				
04.122.0004.2099.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 892	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Fonte	01	-2.000,00
04.122.0004.2099.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 893	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	-1.000,00
04.122.0004.2103.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 896	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	-2.000,00
04.122.0004.2103.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 898	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	01	-1.000,00
04.122.0004.2120.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 900	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	Fonte	01	-1.000,00
04.122.0004.2120.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 903	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	-500,00
04.122.0004.2120.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 904	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	-2.054,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de outubro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.621, de 26 de outubro de 2023.

Institui o Programa de Estágio para os estudantes no âmbito do Poder Executivo do Município de Jales e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc., faço saber que a Câmara Municipal de Jales aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Estágio para os estudantes no âmbito do Poder Executivo do Município de Jales, observadas as disposições da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 2º O Programa de Estágio do Município de Jales visa a promoção de ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, e se dará nas seguintes modalidades:

I - Estágio supervisionado com carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular;

II - Estágio supervisionado com carga horária de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio, do ensino médio regular, estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos.

Art. 3º O estudante que vier a ser admitido a realizar estágio em qualquer órgão do Poder Executivo do Município de Jales terá direito a uma Bolsa Estágio mensal no valor correspondente a:

I - 80% do vencimento fixado no Padrão “A”, Referência “00”, da Tabela de Padrões e Referências, Anexo III, da Lei nº 1.392, de 17 de dezembro de 1984, com suas alterações posteriores, nos casos do inciso I, do Art. 2º, desta Lei;

II - 53,33% do vencimento fixado no Padrão “A”, Referência “00”, da Tabela de Padrões e Referências, Anexo III, da Lei nº 1.392, de 17 de dezembro de 1984, com suas alterações posteriores, nos casos do inciso II, do Art. 2º, desta Lei.

§1.º Para efeito de cálculo do pagamento da Bolsa Estágio será considerado a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se proporcionalmente os dias de falta não justificadas.

§2.º Suspender-se-á o pagamento da Bolsa Estágio a partir da data de desligamento do estagiário, qualquer que seja a causa.

§3.º No caso de estágio não obrigatório, além da Bolsa Estágio, o estagiário terá direito a concessão de auxílio-transporte mensal no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais).

Art. 4º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I - matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II - celebração de Termo de Compromisso de Estágio entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

Art. 5º No caso do Município utilizar da faculdade prevista no caput do artigo 5º da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o agente de integração, público ou privado, receberá, a título de contraprestação pelos serviços prestados, o valor pactuado entre as partes, por estagiário em atividade.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio, acordo de cooperação e/ou contrato com agente de integração.

Art. 6º A duração do estágio não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 7º É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, sem prejuízo do recebimento da Bolsa Estágio.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a concessão de estágio no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município, observadas as disposições desta Lei e da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.567, de 25 de março de 2009.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de outubro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.631, de 17 de novembro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 69.135,00 (sessenta e nove mil, cento e trinta e cinco reais).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02 08 02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.122.0007.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 334	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	3.000,00
02 12 01	SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL				
04.131.0004.2040.0000	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E SOCIAIS				
Ficha 879	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	63.135,00
04.131.0004.2120.0000	MANUTENÇÃO DA UNIDADE				
Ficha 890	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	3.000,00

Art. 3ºO presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 69.135,00 (sessenta e nove mil, cento e trinta e cinco reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 05 01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO				
04.123.0004.2003.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 169	3.3.91.97.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	Fonte	01	-66.135,00
02 12 01	SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL				
04.131.0004.2099.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Ficha 882	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	-3.000,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.623, de 27 de outubro de 2023.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2024, e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento municipal de 2024, compreendendo:

I - As diretrizes sobre elaboração e execução do orçamento;

II - As prioridades e metas operacionais;

III - As alterações na legislação tributária municipal;

IV - As disposições relativas à despesa com pessoal;

V - Outras determinações de gestão financeira.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os anexos de metas fiscais, riscos fiscais, bem como outros demonstrativos exigidos pelo direito financeiro.

### CAPÍTULO II

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 2º A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e o Instituto de Previdência Municipal, observando-se os seguintes objetivos:

I - Combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;

II - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços da rede municipal de ensino;

III - Apoiar estudantes carentes na realização do ensino profissionalizante e superior;

IV - Oferecer acesso universal aos serviços de saúde de boa qualidade;

V - Prestar assistência à criança e ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência;

VI - Promover o desenvolvimento econômico do Município;

VII - Promover a melhoria da infraestrutura urbana e rural de forma integrada com a preservação do meio ambiente;

VIII - Reestruturar os serviços administrativos, buscando maior eficiência, eficácia e efetividade;

IX - Valorizar o funcionalismo público através de políticas de reajustes salariais que anulem os efeitos negativos da inflação sobre os vencimentos e promovendo a capacitação através de cursos de aperfeiçoamento e educação continuada;

X - Manter a viabilidade atuarial e financeira do Instituto Municipal de Previdência Social;

XI - Gerir de forma prudente a Dívida Consolidada, dentro dos limites fiscais, de maneira que não prejudique a viabilidade econômica do município nem os serviços públicos prestados à população;

XII - Promover o turismo regional e a realização de eventos culturais e esportivos, incentivando e apoiando artistas e esportistas locais.

Art. 3º O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado conforme as diretrizes fixadas nesta Lei e também na Constituição Federal, Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

§ 1º A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal; e

II - o orçamento da seguridade social.

§ 2º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprio, conforme Anexo I, da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.

§ 3º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão o gasto no mínimo até o elemento de despesa, conforme o artigo 15 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

### Seção II

#### Das Diretrizes Específicas

Art. 4º A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2024 obedecerá às seguintes disposições:

I - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, nisso especificado valores e metas físicas;

II - Desde que tenham o mesmo objetivo operacional, as Atividades apresentarão igual código, independentemente da unidade orçamentária a que se vinculem;

III - A alocação dos recursos será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos e a avaliação dos resultados programáticos;

IV - Na estimativa da receita considerará a base da arrecadação do exercício de 2022, as modificações na legislação tributária ocorridas até o mês de julho do corrente exercício, e a taxa inflacionária estimada para o exercício de 2023;

V - As despesas serão orçadas a preços de julho de 2023, e também será considerada a taxa inflacionária para o exercício de 2024;

VI - Novos projetos contarão com dotação apenas se supridos os que se encontram em andamento e somente se atendidas as despesas de conservação do patrimônio público.

Parágrafo único. Os projetos a serem incluídos na Lei Orçamentária Anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

Art. 5º No caso de alteração de algum programa, ação ou valor previsto no projeto de PPA 2022-2025, as unidades orçamentárias da Administração Direta e a entidade da Administração Indireta, encaminharão à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento da Prefeitura Municipal suas propostas de alteração até 30 de setembro de 2023.

Art. 6º Caso haja alguma alteração de programa, ação ou valor previsto no projeto de PPA 2022-2025, a Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura sua proposta de alteração até 30 de setembro de 2023.

Art. 7º A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida, conforme o Anexo de Riscos Fiscais que acompanha a presente lei, e será destinada a:

I - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

II - cobertura de créditos adicionais.

Art. 8º Em adição à reserva prescrita no artigo 7º, a Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência em tamanho equivalente ao esperado superávit do regime próprio de previdência social.

Art. 9º Até o limite de 15% da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

Parágrafo único. Para fins do art. 167, inciso VI da Constituição Federal, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial ou, sob a classificação econômica, os grupos de despesa corrente e de capital.

Art. 10. Os auxílios, subvenções e contribuições, autorizados em lei municipal, estarão submetidos às regras da Lei Federal nº 13.019 de 2014, devendo ainda as entidades atender ao que segue:

I - Atendimento direto e gratuito ao público;

II - Certificação junto ao respectivo Conselho Municipal ou Estadual;

III - Aplicação na atividade-fim de, ao menos, 80% da receita total;

IV - Vedação para entidades cujos dirigentes sejam também agentes políticos do governo concedente;

V - Compromisso de franquear, na internet, demonstrativo trimestral de uso do recurso municipal repassado;

VI - Prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos, devidamente avalizada pelo controle interno e externo;

VII - Salário dos dirigentes nunca maior que o do Prefeito.

Parágrafo único. Haverá manifestação prévia e expressa da Procuradoria Jurídica e do controle interno da Prefeitura, após visita ao local de atendimento.



Art. 11. Fica autorizado o Poder Executivo custear despesas de outros órgãos, estaduais e federais, a critério da Administração, que se realizará nos moldes de suas dotações próprias, obedecendo o Interesse Público.

Art. 12. Será dada ampla publicidade das datas, horários e locais de realização das audiências determinadas no art. 48, §1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, com antecedência mínima de 03 (três) dias, através de divulgação no Diário Oficial do Município e na página oficial da Prefeitura na internet.

Art. 13. Ficam proibidas as seguintes despesas:

I -Promoção pessoal de autoridades e servidores públicos;

II - Novas obras, quando financiadas pela paralisação das antigas;

III - Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor municipal em atividade;

IV - Obras cujo custo global supere os valores do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE;

V - Ajuda financeira a clubes e associações de servidores;

VI - Pagamento de salários, subsídios, proventos e pensões maiores que o subsídio do Prefeito;

VII - Pagamento de horas extras a ocupantes de cargos em comissão;

VIII - Pagamento de 13º salário a agentes políticos;

IX - Pagamento de sessões extraordinárias aos Vereadores;

X- Pagamento de verbas de gabinete aos Vereadores;

XI - Distribuição de agendas, chaveiros, buquês de flores, cartões e cestas de Natal, entre outros brindes, com exceção daqueles constantes em programas previstos na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social;

XII - Pagamento de anuidade de servidores inscritos em conselhos profissionais.

Seção III  
Da Execução do Orçamento

Art. 14. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

§ 1º As receitas serão propostas em metas bimestrais, enquanto os desembolsos financeiros se apresentarão sob metas mensais.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso poderão ser modificados segundo o comportamento da execução orçamentária.

Art. 15. Caso haja frustração da receita prevista e dos resultados fiscais esperados, será determinada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º A restrição do caput será proporcional à participação dos Poderes no total das dotações orçamentárias e dos créditos adicionais.

§ 2º Excluem-se da limitação as despesas alusivas às obrigações constitucionais e legais do Município, bem como as despesas realizadas por meio de convênios com a União e o Estado e suas respectivas contrapartidas.

§ 3º A limitação de empenho e da movimentação financeira será ordenada pelos Chefes dos Poderes Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por Ato da Mesa e Decreto.

Art. 16. O Poder Legislativo, por ato da Mesa, estabelecerá até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, seu cronograma de desembolso mensal.

Art. 17. Para isentar os procedimentos requeridos na criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, considera-se irrelevante a despesa que não ultrapasse os limites do art. 24, I e II da Lei Federal 8.666 de 1993.

Art. 18. Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista do IPTU, desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

Art. 19. Desde que, num período de 12 (doze) meses, a despesa corrente ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo poderão proibir:

I - Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;

II - Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a. A reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento da despesa;

b. A reposição das vacâncias nos cargos efetivos;

c. As contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição;

V - Realização de concurso público, exceto para as vacâncias previstas no inciso IV deste artigo;

VI - Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;

VII - Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

CAPÍTULO III  
DAS PRIORIDADES E METAS

Art. 20. As prioridades e metas para 2024 são as especificadas no Anexo que integra esta Lei.

CAPÍTULO IV  
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 21. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispoindo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir as distorções;

II - Revogação das isenções tributárias que contrariam o interesse público e a justiça fiscal;

III - Revisão das taxas, de forma a adequá-las aos custos dos respectivos serviços;

IV - Atualização de Planta Genérica de Valores ajustando-a à realidade do mercado imobiliário;

V - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

CAPÍTULO V  
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESPESA DE PESSOAL

Art. 22. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, nisso incluído:

I - concessão e absorção de vantagens e revisão ou aumento da remuneração dos servidores;

II - criação e extinção de cargos públicos;

III - criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;

IV - provimento de cargos e contratações estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente;

V - revisão do sistema de pessoal, particularmente o plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público por meio de políticas de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho do servidor público, sempre de forma homogênea, justa e igualitária a todos os servidores do município, devendo observar as mesmas regras e direitos para todos os cargos.

§ 1º Fica assegurada a revisão geral anual das remunerações dos servidores públicos municipais no âmbito de cada Poder, respeitada a independência e a competência privativa para a sua proposição.

§ 2º As alterações autorizadas neste artigo dependerão de saldo na respectiva dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de acréscimo na despesa com pessoal.

CAPÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que trata o art., 14 desta Lei, respeitado o limite total do art., 29-A da Constituição.

§ 1º Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado a realizar o corte do excesso, devendo a Mesa Diretora da Câmara indicar sobre quais despesas deverão incidir os referidos cortes.

§ 2º Não elaborado o cronograma de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão mensal de 1/12 das dotações consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite constitucional.

Art. 24. Até ao final de cada mês a Câmara Municipal recolherá na Tesouraria da Prefeitura o Imposto de Renda Retido na Fonte e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês anterior e ao final do exercício o duodécimo não utilizado.

Art. 25. A Câmara Municipal indicará as emendas legislativas que, nos termos do art. 166, §§ 9º a 18 da Constituição, são de execução obrigatória pelo Executivo, indicando a qual unidade orçamentária, categoria funcional programática e categoria econômica pertencerá cada emenda proposta.

§ 1º Para viabilização do que dispõe o caput deste artigo, o Poder Executivo reservará, no projeto de Lei Orçamentária, 3% da receita corrente líquida do exercício de 2022, cujo montante ficará alocado junto à reserva de contingência, porém, em ação distinta, denominada “Emendas Impositivas”, cujo valor é segregado em 2% para emendas individuais e 1% para emendas de bancada.

§ 2º Conforme dispõe o §9º do art. 166 da Constituição Federal, a metade do percentual indicado no artigo anterior será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Art. 26. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Art. 27. Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.

Art. 28. Ficam modificados os programas, metas e ações do Plano Plurianual – PPA 2022/2025, para o exercício de 2024, nos mesmos moldes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo procederá as adequações necessárias para efetivar as seguintes alterações aos anexos desta Lei, oriundas de emendas parlamentares (Emendas Impositivas):

EMENDA INDIVIDUAL: SAÚDE

I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:  
02 - Poder Executivo  
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde  
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 150.000,00  
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 42.469,55

EMENDA INDIVIDUAL: GERAL

II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:  
02 – Poder Executivo  
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais  
13.392.0013.2046 – Repasse financeiro à Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – Escola Livre de Teatro (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.307,55  
13.392.0013.2120– Repasse financeiro para compra de livros à Biblioteca Municipal (EI)  
3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 15.607,65  
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social  
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro à APAE (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 60.000,00  
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro ao Lar dos Velinhos (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 51.554,35  
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente de Jales – AACAJ (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 60.000,00

EMENDA DE BANCADA: SAÚDE

I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:  
02 - Poder Executivo  
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde  
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.012,42  
10.301.0010.2046 – Repasse financeiro à APAE (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 52.465,83  
10.301.0010.2046 – Repasse financeiro ao Lar dos Velinhos (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 75.000,00

EMENDA DE BANCADA: GERAL

II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:  
02 – Poder Executivo  
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro à SACRA (EI)

3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 51.554,60  
08.244.0007.2022 – Repasse financeiro para custeio à Casa de Apoio do Migrante (EI)  
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00  
08.244.0007.2046 - Repasse financeiro para custeio à AMACOR(EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 25.000,00  
02 – Poder Executivo  
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais  
13.392.0013.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – Escola Livre de Teatro (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.299,80  
02.11.02 – Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer  
27.812.0021.2046 – Repasse financeiro para custeio para o handebol à APAFUJ (EI)  
3.3.50.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 10.623,85  
27.812.0021.2046 - Repasse financeiro para custeio à Associação Novo Projeto Basquete de Jales (EI)  
3.3.50.39.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 25.000,00  
02.09.13 – Educação Básica  
12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para compra de material à Escola Municipal João Amaldo (EI)  
3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 10.000,00

III - Esta Emenda será coberta com recursos previstos no Anexo de Metas Fiscais: Reserva de Contingência para Emendas Impositivas  
02 – Poder Executivo  
02.05 – Secretaria Municipal de Fazenda  
99.999.9999.1999 – Emendas Parlamentares Impositivas ..... R\$ 659.895,60

EMENDA INDIVIDUAL: SAÚDE

I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:  
02 - Poder Executivo  
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde  
10.304.0010.1002 – Repasse financeiro para infraestrutura de ampliação do Centro de Zoonoses (EI)  
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações ..... R\$ 192.469,55

EMENDA INDIVIDUAL: GERAL

II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:  
02 – Poder Executivo  
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde  
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00  
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00  
10.301.0010.1002 - Repasse financeiro para aquisição de mobiliário ao Ambulatório de Saúde Mental (EI)  
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00  
02.08.02 - Fundo Municipal de Assistência Social  
08.244.0007.2020 -Repasse financeiro para custeio ao CRAS - Centro de Referência da Assistência Social (EI)  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 10.000,00  
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velinhos (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 50.469,55  
08.244.0007.2022 - Repasse financeiro para custeio ao - Centro Integrado Esportivo de Valorização do Idoso CIEVI (EI)  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 20.000,00  
02.03.01 – Secretaria Municipal de Desen. Econ., Cultura e Turismo  
23.691.0017.2120 – Repasse financeiro Associação de Pais e Mestres da ETEC para compra de roçadeira, motocultivador e kit encanteirador (EI)  
4.4.50.52.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00  
02.11.02 – Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer  
27.812.0021.2120 – Repasse financeiro para Custeio à Secretaria Municipal de Esportes (EI)  
3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 10.000,00  
27.812.0021.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAFUJ (EI)  
3.3.50.30.00 –Material de Consumo..... R\$ 10.000,00  
02.14.00 – Secretaria Municipal de Mob. Urbana e Segurança Pública  
15.451.0014.2120 - Repasse financeiro para compra de EPI's à Scretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública (EI)  
3.3.90.30.00 - Material de Consumo ..... R\$ 12.000,0  
02.07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abast. e Meio Ambiente.  
18.541.0015.1001 – Repasse Financeira para Custeios da Secretaria (EI)  
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00  
02.09.13 – Educação Básica  
12.365.0011.2110 – EMEI Profª Jacira de Carvalho para Aquisição de material permanente (EI)  
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 20.000,00

EMENDA DE BANCADA: SAÚDE

I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:  
02 - Poder Executivo  
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde  
10.304.0010.1002 – Repasse financeiro para infraestrutura de ampliação do Centro de Zoonoses (EI)  
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações ..... R\$ 68.739,13

EMENDA DE BANCADA: GERAL

II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:  
02 – Poder Executivo  
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais  
13.392.0013.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – (Escola Livre de Teatro) (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00  
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social  
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)  
3.3.50.39.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 10.000,00  
08.244.0007.2022 - Repasse financeiro para custeio ao Centro Dia do Idoso (EI)  
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 18.739,12  
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00  
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à – AACAJ (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00  
08.244.0007.2022 - Repasse financeiro para custeio à Casa de Apoio do Migrante (EI)  
3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 10.000,00

III - Esta Emenda será coberta com recursos previstos no Anexo de Metas Fiscais: Reserva de Contingência para Emendas Impositivas  
02 – Poder Executivo  
02.05 – Secretaria Municipal de Fazenda  
99.999.9999.1999 – Emendas Parlamentares Impositivas ..... R\$ 522.417,35

EMENDA INDIVIDUAL: SAÚDE

I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:  
02 - Poder Executivo  
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde  
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 100.000,00  
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)  
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 92.469,55

EMENDA INDIVIDUAL: GERAL

II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:



02 – Poder Executivo
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à AACAJ (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00
08.244.0007.2046– Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 37.469,55
02.11.02 – Secretaria Municipal de Esportes e Juventude
27.812.0021.2120 – Repasse financeiro para Custeio à Secretaria Municipal de Esportes (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
27.812.0021.2046 – Repasse financeiro para custeio à A Associação de Pais e Amigos do Futsal de Jales – APAFUJ (EI)
3.3.50.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 20.000,00
27.812.0021.2046 - Repasse financeiro para Custeio à Associação Novo Projeto Basquete Jales (EI)
3.3.50.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção..... R\$ 20.000,00
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais
13.392.0013.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – Escola Livre de Teatro (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.....R\$ 10.000,00
13.392.0013.2120– Repasse financeiro para reforma e ampliação à Orquestra Municipal (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
02.09.13 – Educação Básica
12.365.0011.2110 - EMEI Prof.ª Maria Olímpia – Aquisição de material permanente (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 20.000,00
EMENDA DE BANCADA: SAÚDE
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)
3.3.50.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 61.208,67
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 7.530,46
EMENDA DE BANCADA: GERAL
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0007.2022 - Repasse financeiro para custeio ao - Centro Integrado Esportivo de Valorização do Idoso CIEVI (EI)
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 50.000,00
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 2.530,45
02.09.13 – Educação Básica
12.365.0011.2110 - EMEI Prof.ª Eljácia Moreira – Aquisição de material permanente (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 16.208,67
III - Esta Emenda será coberta com recursos previstos no Anexo de Metas Fiscais: Reserva de Contingência para Emendas Impositivas
02 – Poder Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Fazenda
99.999.9999.1999 – Emendas Parlamentares Impositivas ..... R\$ 522.417,35
EMENDA INDIVIDUAL: SAÚDE
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 100.000,00
10.302.0010.2046 – Repasse para Custeio da Secretaria Municipal de Saúde (EI)
3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 90.000,00
10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 2.469,55
EMENDA INDIVIDUAL: GERAL
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.11.02 – Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer
27.812.0021.2046 – Repasse financeiro para Custeio à Associação de Pais e Amigos do Futsal de Jales – APAFUJ (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 100.000,00
27.812.0021.2046 – Repasse financeiro para Obras e Instalação à Associação de Pais e Amigos do Futsal de Jales –APAFUJ (EI)
4.4.50.51.00 – Obras e Instalações ..... R\$ 92.469,55
EMENDA BANCADA: SAÚDE
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 - Poder Executivo
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 30.000,00
10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para Custeio à APAE (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 17.530,46
10.301.0010.2046 - Repasse financeiro para Custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)
3.3.50.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 11.208,67
10.301.0010.1002 - Repasse financeiro para Compra de Aparelho na Saúde Mental (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00
EMENDA BANCADA: GERAL
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.11.02 – Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer
27.812.0021.2046 – Repasse financeiro para Obras e Instalação à Associação de Pais e Amigos do Futsal de Jales –APAFUJ (EI)
4.4.50.51.00 – Obras e Instalações ..... R\$ 21.530,45
27.812.0021.2120 – Repasse financeiro para Custeio à Secretaria Municipal de Esportes (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00
27.812.0021.2046 – Repasse financeiro para Custeio à Associação Novo Projeto Basquete de Jales (EI)
3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 10.000,00
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais
13.392.0013.2120 – Repasse financeiro para Custeio à Orquestra Municipal (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 7.208,67
02.09.13 – Educação Básica
12.361.0011.2120 – Repasse financeiro para Custeio à Escola Maria Olympia Professora B. Sobrinho (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00
02.08.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para Custeio à AACAJ (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.000,00
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para Custeio à SACRA (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.000,00
III - Esta Emenda será coberta com recursos previstos no Anexo de Metas Fiscais: Reserva de Contingência para Emendas Impositivas
02 – Poder Executivo
02.05.01 – Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento
99.999.9999.1999 – Emendas Parlamentares Impositivas ..... R\$ 522.417,35
EMENDA INDIVIDUAL: SAÚDE
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 60.000,00
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 50.000,00
10.301.0010.2036 - Repasse financeiro para custeio ao Ambulatório de Saúde do Município (EI)
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00
10.304.0010.1002 – Repasse financeiro para infraestrutura de ampliação do Centro de Zoonoses (EI)
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações ..... R\$ 32.469,55
EMENDA INDIVIDUAL: GERAL
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.08.02 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 25.000,00
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à AACAJ (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais
13.392.0013.2120– Repasse financeiro para reforma e ampliação à Orquestra Municipal (EI)
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações ..... R\$ 20.000,00
13.392.0013.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – (Escola Livre de Teatro) (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
02.11.02 – Secretaria Municipal de Esportes e Juventude
27.812.0021.2046 – Repasse financeiro para custeio para o handebol à APAFUJ (EI)
3.3.50.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 15.000,00
02.04.02 – Fundo Especial dos Bombeiros
04.122.0004.2120 – Repasse financeiro para manutenção em geral (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 35.000,00
3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 14.469,55
02.09.13 – Educação Básica
12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para reforma à Escola Municipal Prof.ª Eljácia Moreira (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 18.000,00
12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para compra de material à Escola Municipal Maria Olimpia (EI)
3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 25.000,00
EMENDA BANCADA: SAÚDE
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde
10.304.0010.1002 – Repasse financeiro para infraestrutura de ampliação do Centro de Zoonoses (EI)
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações ..... R\$ 68.739,13
EMENDA BANCADA: GERAL
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.04.02 – Fundo Especial dos Bombeiros
04.122.0004.2120 – Repasse financeiro para manutenção em geral (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 12.739,12
02.09.13 – Educação Básica
12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para reforma à Escola Municipal Nivia Leni Marcondes Pavan Alves (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00
12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para reforma à Escola Municipal Elza Pirro Viana (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 16.000,00
02.11.02 – Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer
27.812.0021.2046 - Repasse financeiro para Custeio à Associação Novo Projeto Basquete Jales (EI)
3.3.50.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 15.000,00
02.08.02 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.000,00
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à AACAJ (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.000,00
III - Esta Emenda será coberta com recursos previstos no Anexo de Metas Fiscais: Reserva de Contingência para Emendas Impositivas
02 – Poder Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Fazenda
99.999.9999.1999 – Emendas Parlamentares Impositivas ..... R\$ 522.417,35
EMENDA INDIVIDUAL: SAÚDE
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 182.469,55
10.301.0010.1002 - Repasse financeiro para aquisição de equipamento ao Ambulatório de Saúde do Município (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00
EMENDA INDIVIDUAL: GERAL
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais
13.392.0013.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – (Escola Livre de Teatro) (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 50.234,77
02.11.02 – Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer
27.812.0021.2046 – Repasse financeiro para custeio para o futsal à APAFUJ (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
27.812.0021.2046 – Repasse financeiro para custeio para o handebol à APAFUJ (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais

13.392.0013.2120 – Repasse financeiro para compra de livros à Biblioteca Municipal (EI)
3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 10.000,00
13.392.0013.2120 – Repasse financeiro para instalação de divisórias e lousas ao Projeto Guri (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 12.000,00
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à AACAJ (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 30.000,00
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 55.234,78
EMENDA DE BANCADA: SAÚDE
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 35.000,00
10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 25.000,00
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 77.478,25
EMENDA DE BANCADA: GERAL
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais
13.392.0013.2120 - Repasse financeiro para custeio ao Fundo Municipal de Cultura (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 25.000,00
13.392.0013.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – (Escola Livre de Teatro) (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
13.392.0013.2120– Repasse financeiro para reforma e ampliação à Orquestra Municipal (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00
08.244.0007.2046 - Repasse financeiro para custeio à AMACOR
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00
02.11.02 – Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer
27.812.0021.2120 – Repasse financeiro para Custeio à Secretaria Municipal de Esportes (EI)
3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 12.478,25
27.812.0021.2046 - Repasse financeiro para custeio à Associação Novo Projeto Basquete de Jales (EI)
3.3.50.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
02.03.01 – Secretaria Municipal de Desen. Econ., Cultura e Turismo
23.691.0017.2120- Repasse financeiro para aquisição de equipamento agrícola e reforma à Associação de Pais e Mestres da ETEC (EI)
4.4.50.52.00 - Equipamentos e Material Permanente..... R\$ 15.000,00
III - Esta Emenda será coberta com recursos previstos no Anexo de Metas Fiscais: Reserva de Contingência para Emendas Impositivas
02 – Poder Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Fazenda
99.999.9999.1999 – Emendas Parlamentares Impositivas ..... R\$ 659.895,60
EMENDA INDIVIDUAL: SAÚDE
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 100.000,00
10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 25.000,00
10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 30.000,00
10.301.0010.1002 – Aquisição de Material Permanente ESF Luís Ernesto Santi Mori (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 17.000,00
10.301.0010.1002 – Aquisição de Material Permanente ESF Getúlio de Carvalho (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 15.000,00
10.301.0010.2036 - Repasse financeiro para custeio ao Ambulatório de Saúde do Município (EI)
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.469,55
EMENDA INDIVIDUAL: GERAL
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 30.000,00
08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à AACAJ (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 30.000,00
08.244.0007.2046 - Repasse financeiro para custeio ao Rotary Club de Jales (EI)
3.3.50.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.469,55
02.07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abast. E Meio Ambiente.
18.541.0015.2120 – Repasse Financeira para Custeios da Secretaria (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 35.000,00
02.09.13 – Educação Básica
12.361.0011.2120 – E. M. Iracema Pinheiro Candeco – Lola, aquisição de Material Permanente (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 17.000,00
12.365.0011.2110 – EMEI Prof.ª Vera Lúcia O. Vilela – Aquisição de material permanente (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 15.000,00
12.365.0011.2110 – EMEI Prof.ª Diva Maciel Jorge – Aquisição de material permanente (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 15.000,00
12.365.0011.2110 - EMEI Prof.ª Maria Olímpia – Aquisição de material permanente (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 15.000,00
12.365.0011.2110 - EMEI Prof. Alberto Gandur I e II – Aquisição de material permanente (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 17.000,00
12.365.0011.2110 - EMEI Prof.ª Eljácia Moreira – Aquisição de material permanente (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 13.000,00
EMENDA DE BANCADA: SAÚDE
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 – Poder Executivo
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2036 - Repasse financeiro para custeio ao Ambulatório de Saúde do Município (EI)
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.469,55
10.303.0010.2036 – Secretaria Municipal de Saúde – Aquisição de medicamentos (EI)
3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 40.000,00
10.301.0010.2036 - Repasse financeiro para custeio da Secretaria Municipal de Saúde (EI)
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
10.301.0010.2036 - Repasse para custeio Unidade de Pronto Atendimento UPA (EI)
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 42.008,70
10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)



3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 30.000,00
<b>EMENDA DE BANCADA: GERAL</b>
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 – Poder Executivo 02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social 08.244.0007.2022 - Repasse financeiro para custeio ao Centro Integrado Esportivo de Valorização do Idoso CIEVI (EI) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 10.000,00 08.244.0007.2020 -Repasse financeiro para custeio ao CRAS - Centro de Referência da Assistência Social (EI) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 10.000,00 08.244.0007.2022 - Repasse financeiro para custeio ao Centro Dia do Idoso (EI) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 17.000,00 08.244.0007.2022 - Repasse financeiro para custeio à Casa de Apoio do Migrante (EI) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 10.000,00 08.244.0007.2046 - Repasse financeiro para custeio ao Rotary Club de Jales (EI) 3.3.50.39.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 5.367,33 02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais 13.392.0013.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – (Escola Livre de Teatro) (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00 13.392.0013.2120 - Repasse financeiro para compra de material ao Projeto Guri (EI) 3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 10.000,00 02.11.02 – Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer 27.812.0021.2120 – Aquisição de Material Esportivo (EI) 3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 20.000,00 27.812.0021.2046 - Repasse financeiro para compra de material à Associação do Judô Jalesense (EI) 3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 10.000,00 02.14.00 – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Seg. Pública 15.451.0014.2120- Repasse financeiro para custeio à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública (EI) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 11.000,00 02.06.01 – Secretaria Municipal de Obras, Infra. E Desenvolvimento Urbano 15.452.0014.2120 - Repasse financeiro para custeio à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Desenvol. Urbano (EI) 3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 19.110,92
III - Esta Emenda será coberta com recursos previstos no Anexo de Metas Fiscais: Reserva de Contingência para Emendas Impositivas 02 – Poder Executivo 02.05 – Secretaria Municipal de Fazenda 99.999.9999.1999 – Emendas Parlamentares Impositivas ..... R\$ 659.895,60
<b>EMENDA INDIVIDUAL: SAÚDE</b>
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 - Poder Executivo 02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde 10.302.0010.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 100.000,00 10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 92.469,55
<b>EMENDA INDIVIDUAL: GERAL</b>
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 – Poder Executivo 02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social 08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 50.000,00 08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00 08.244.0007.2022 - Repasse financeiro para custeio à Casa de Apoio do Migrante (EI) 3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.000,00 02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais 13.392.0013.2120 – Repasse financeiro para compra de livros à Biblioteca Municipal (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 2.000,00 13.392.0013.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – Escola Livre de Teatro (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.000,00 13.392.0013.2120 – Repasse financeiro para reforma e ampliação à Orquestra Municipal (EI) 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações ..... R\$ 5.000,00 02.09.13 – Educação Básica 12.365.0011.2110- EMEI Prof.ª Eljácia Moreira – Aquisição de material permanente (EI) 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente. .... R\$ 5.000,00 12.365.0011.2110- EMEI Prof.ª Maria Olímpia – Aquisição de material permanente (EI) 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente. .... R\$ 5.000,00 02.11.02 – Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer 27.812.0021.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAFUJ (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.000,00 27.812.0021.2046 - Repasse financeiro para custeio à Associação Novo Projeto Basquete de Jales 3.3.50.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 5.000,00 27.812.0021.2120 – Repasse financeiro para Custeio à Secretaria Municipal de Esportes (EI) 3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 7.734,78 02.07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abast. e Meio Ambiente. 18.541.0015.1001 – Repasse Financeiro para Custeios da Secretaria (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 7.734,77
<b>EMENDA DE BANCADA: SAÚDE</b>
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 - Poder Executivo 02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde 10.302.0010.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 60.000,00 10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 8.739,13
<b>EMENDA DE BANCADA: GERAL</b>
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 – Poder Executivo 02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social 08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à AMACOR 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00

III - Esta Emenda será coberta com recursos previstos no Anexo de Metas Fiscais: Reserva de Contingência para Emendas Impositivas 02 – Poder Executivo 02.05 – Secretaria Municipal de Fazenda 99.999.9999.1999 – Emendas Parlamentares Impositivas ..... R\$ 522.417,35
<b>EMENDA INDIVIDUAL: SAÚDE</b>
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 - Poder Executivo 02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde 10.302.0010.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 50.000,00 10.301.0010.1002 - Repasse financeiro para compra de mobiliário ao Ambulatório de Saúde Mental (EI) 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00 10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 50.000,00 10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 50.000,00 10.302.0010.2036 – Repasse financeiro para custeio ao CONSIRJ (EI) 3.3.70.41.00 – Contribuições..... R\$ 22.469,55 10.301.0010.2036 – Repasse Financeira para Custeios da Secretaria (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00
<b>EMENDA INDIVIDUAL: GERAL</b>
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 – Poder Executivo 02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social 08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para compra de mobiliário à AACAJ (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00 08.244.0007.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00 08.244.0007.2046 - Repasse financeiro para custeio à AMACOR 3.3.50.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 32.469,55 02.11.02 – Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer 27.812.0021.2046 - Repasse financeiro para custeio à Associação Novo Projeto Basquete Jales (EI) 3.3.50.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 20.000,00 27.812.0021.2120 – Repasse financeiro para Custeio à Secretaria Municipal de Esportes (EI) 3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 20.000,00 02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais 13.392.0013.2120 – Repasse financeiro para aquisição de livros à Biblioteca Municipal (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00 13.392.0013.2120 - Repasse financeiro para custeio ao Museu Histórico e Artístico de Jales (EI) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 10.000,00 13.392.0013.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – (Escola Livre de Teatro) (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00 02.03.01 – Secretaria Municipal de Desen. Econ., Cultura e Turismo 23.691.0017.2120 – Repasse financeiro Associação de Pais e Mestres da ETEC para compra de roçadeira, motocultivador e kit encanteirador (EI) 4.4.50.52.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 40.000,00 02.07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abast. E Meio Ambiente. 18.541.0015.2120 – Repasse Financeira para Custeios da Secretaria (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
<b>EMENDA BANCADA: SAÚDE</b>
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 - Poder Executivo 02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde 10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 50.000,00 10.301.0010.2036 – Repasse Financeira para Custeios da Secretaria (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 18.739,13
<b>EMENDA BANCADA: GERAL</b>
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 – Poder Executivo 02.09.13 – Educação Básica 12.365.0011.2110 - EMEI Prof.ª Eljácia Moreira – Aquisição de material permanente (EI) 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00 12.365.0011.2110 - EMEI Prof.ª Maria Olímpia – Aquisição de material permanente (EI) 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00 02.06.01 – Secretaria Municipal de Obras, Infra. e Desenvolvimento Urbano 15.452.0014.2120 – Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano para aquisição de veículo (EI) 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 48.739,12
III - Esta Emenda será coberta com recursos previstos no Anexo de Metas Fiscais: Reserva de Contingência para Emendas Impositivas 02 – Poder Executivo 02.05 – Secretaria Municipal de Fazenda 99.999.9999.1999 – Emendas Parlamentares Impositivas ..... R\$ 522.417,35
<b>EMENDA INDIVIDUAL: SAÚDE</b>
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 - Poder Executivo 10.102 - Fundo Municipal de Saúde 10.122.0010.1002 – Secretaria Municipal de Saúde – Aquisição de equipamentos administrativos (EI) 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 40.000,00 10.302.0010.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 130.000,00 10.302.0010.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 2.469,55 10.301.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI). 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00
<b>EMENDA INDIVIDUAL: GERAL</b>
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 – Poder Executivo 02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social 08.244.0007.2046 – Repasse financeiro à SACRA (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 25.000,00 08.244.0007.2046 – Repasse financeiro à Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente de Jales – AACAJ (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00 02.07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura 18.541.0015.1001 – Manutenção de pontes e mata-burros (EI) 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 20.000,00 02.11.02 - Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer 27.812.0021.2120 - Repasse financeiro para a Secretaria de Esportes e Juventude (EI) 3.3.90.30.00 – Material de Consumo ..... R\$ 36.000,00 02.03.01 – Secretaria Municipal de Desen. Econ., Cultura e Turismo 23.691.0017.2120 - Repasse financeiro para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo (EI)

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00 02.01.02 – Fundo Social de Solidariedade 04.122.0004.2006 - Repasse financeiro para o Fundo Social de Solidariedade (EI) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00 02.11.02 – Divisão de Eventos Esportivos e de Lazer 27.812.0021.2046 – Repasse financeiro à Associação de Pais e Amigos do Futsal de Jales – APAFUJ (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 20.000,00 27.812.0021.2046 - Repasse financeiro para Custeio à Associação Novo Projeto Basquete Jales (EI) 3.3.50.39.00Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00 02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social 08.244.0007.2022 - Repasse financeiro para custeio ao Centro Dia do Idoso (EI) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 24.000,00 08.244.0007.2022 - Repasse financeiro para custeio à Casa de Apoio do Migrante (EI) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 2.469,55 02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais 13.392.0013.2120 - Repasse financeiro para custeio à Biblioteca Municipal de Jales (EI) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.000,00
<b>EMENDA DE BANCADA: SAÚDE</b>
I - Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 - Poder Executivo 02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde 10.302.0010.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Hospital do Amor (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 37.546,59 10.303.0010.2036 – Secretaria Municipal de Saúde – Aquisição de medicamentos (EI) 3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 40.000,00 10.301.0010.2046 – Repasse financeiro ao Lar dos Velhinhos (EI) 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 49.931,66 10.301.0010.2036 - Repasse financeiro para custeio ao Ambulatório de Saúde Mental 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00
<b>EMENDA DE BANCADA: GERAL</b>
II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município: 02 – Poder Executivo 02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social 08.244.0007.2022 - Repasse financeiro para custeio à Casa de Apoio do Migrante (EI) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R\$ 7.530,45 08.244.0007.2046 - Repasse financeiro à AMACOR (EI) 3.3.50.39.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 9.947,80 02.09.13 – Educação Básica 12.365.0011.2110 - Repasse financeiro para compra de material à EMEI Dercilio de Carvalho (EI) 3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 25.000,00 12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para compra de material à Escola Municipal Prof. João Arnaldo AndreuAvelhaneda (EI) 3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 15.000,00 12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para compra de material à Escola Municipal Prof.ª Gema A. Prandi Rosa (EI) 3.3.90.30.00 – Material de Consumo ..... R\$ 15.000,00 12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para custeio à Escola Municipal Prof.ª Adriana Mistilides Silva (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00 12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para custeio à Escola Municipal Prof. Aparecido Tadeu Rodrigues Estanislau (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.000,00 12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para reforma à Escola Municipal Prof.ª Eljácia Moreira (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00 12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para reforma à Escola Municipal Prof.ª Nívia Leni Marcondes Pavan Alves (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00 12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para reforma à Escola Municipal Prof.ª Elza Pirro Viana (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00 12.361.0011.2120 - Repasse financeiro para construção do Muro à Escola Municipal Prof. Alberto Gandur (EI) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00
III - Esta Emenda será coberta com recursos previstos no Anexo de Metas Fiscais: Reserva de Contingência para Emendas Impositivas 02 – Poder Executivo 02.05 – Secretaria Municipal de Fazenda 99.999.9999.1999 – Emendas Parlamentares Impositivas ..... R\$ 659.895,60
Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2023.
<b>LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA</b> Prefeito do Município
Registrada e Publicada:
WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO Secretário Municipal de Administração

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

**Lei nº 5.624, de 09 de novembro de 2023.**

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 405.963,43 (quatrocentos e cinco mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE			
<b>18.541.0015.2120.0000</b> MANUTENÇÃO DA UNIDADE						
Ficha	1225	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	05	233.975,00
<b>18.541.0015.2120.0000</b> MANUTENÇÃO DA UNIDADE						
Ficha	1226	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	05	49.662,68
<b>18.541.0015.2120.0000</b> MANUTENÇÃO DA UNIDADE						
Ficha	1228	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte	92	61,38
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA			
<b>12.361.0011.2120.0000</b> MANUTENÇÃO DA UNIDADE						
Ficha	610	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	40.000,00
<b>12.365.0011.2110.0000</b> MANUTENÇÃO DA UNIDADE - CRECHE						
Ficha	626	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	43.264,37
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
<b>10.303.0010.1002.0000</b> ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE INVESTIMENTO						
Ficha	1224	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	39.000,00

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 61,38 (sessenta e um reais e trinta e oito centavos) resultantes de superávit financeiro apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;


II- R\$ 233.975,00 (duzentos e trinta e três mil, novecentos e setenta e cinco reais) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;


III- R\$ 171.927,05 (cento e setenta e um mil, novecentos e vinte sete reais e cinco centavos) de anulação das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE			
<b>18.541.0015.2120.0000</b> GESTÃO DO MEIO AMBIENTE / AGRICULTURA						
Ficha	271	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	05	–49.662,68
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA			
<b>12.365.0011.2112.0000</b> GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA						



Ficha	960	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	-83.264,37
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.122.0010.2035.0000 GESTÃO DA SAÚDE						
Ficha	731	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	-39.000,00
Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual - PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias - LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.						
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.						
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 09 de novembro de 2023.						
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA Prefeito do Município						
Registrada e Publicada:						
WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO Secretário Municipal de Administração						

 <div><div>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES</div><div>Estado de São Paulo</div></div>						
Lei nº 5.625, de 09 de novembro de 2023.						
Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.						
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,						
Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 27.925,02 (vinte e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais e dois centavos).						
Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:						
02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA			
12.361.0011.2044.0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR						
Ficha	587	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	05	15.925,02
02	13	00	SECRETARIA MUN DE GOVERNO - SMG			
04.122.0004.2120.0000 MANUTENÇÃO DA UNIDADE						
Ficha	901	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	12.000,00
Art. 3ºO presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:						
I- R\$ 15.925,02 (quinze mil, novecentos e vinte e cinco reais e dois centavos) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;						
II- R\$ 12.000,00 (doze mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:						
02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA			
04.122.0004.2120.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA						
Ficha	141	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	-12.000,00
Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual - PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias - LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.						
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.						
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 09 de novembro de 2023.						
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA Prefeito do Município						
Registrada e Publicada:						
WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO Secretário Municipal de Administração						

 <div><div>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES</div><div>Estado de São Paulo</div></div>						
Lei nº 5.626, de 09 de novembro de 2023.						
Dispõe sobre o SUAS - Sistema Único de Assistência Social do Município de Jales, Estado de São Paulo, e dá outras providências.						
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,						
CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS						
Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.						
Parágrafo único. Os serviços socioassistenciais são atividades continuadas e de caráter essencial que visam a melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos em Lei (LOAS, Lei 8.742/1993).						
Art. 2º A Política de Assistência Social do Município de Jales, visando ao enfrentamento das desigualdades socio territoriais, tem por objetivos:						
I - a proteção social, que visa à garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, especialmente:						
a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;						
b) o amparo às crianças e aos adolescentes vulneráveis;						
c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;						
d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.						
II - A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;						
III - A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das províões socioassistenciais;						
IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território;						
V - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;						
VI - Primazia da responsabilidade do ente político na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.						
Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.						

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES						
Seção I DOS PRINCÍPIOS						
Art. 3º A organização da assistência social no Município de Jales observará as seguintes diretrizes:						
I - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;						
II - Descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de governo;						
III - cofinanciamento partilhado dos entes federados;						
IV - Matricial idadesocio familiar;						
V - Territorialização;						
VI - Fortalecimento democrático da relação Estado e sociedade civil;						
VII - Participação popular e controle social, por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.						
CAPÍTULO III DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS NO MUNICÍPIO						
Seção I DA GESTÃO						
Art. 4º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.						
Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas Organizações da Sociedade Civil - OSC da área de Assistência Social e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.						
Art. 5º O Município de Jales atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os						

serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 6º O órgão gestor da política de assistência social no Município de Jales é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS.

§1º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS, de acordo com a resolução nº 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, nas seguintes formações profissionais: Assistente Social; Psicólogo, Advogado; Administrador; Antropólogo; Contador; Economista Doméstico; Pedagogo, Sociólogo; Terapeuta Ocupacional.

§2º Compõe a equipe mínima para a gestão da assistência no Município de Jales os seguintes profissionais, conforme a NOB-RH/SUAS:

- I - Gestor Municipal da Assistência Social;
- II - Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social;
- III - Profissional de nível superior para Proteção Social Básica;
- IV - Profissional de nível superior para Proteção Social Especial de Média Complexidade;
- V - Profissional de nível superior para Proteção Social Especial de AltaComplexidade;
- VI - Recepcionista;
- VII - Analista Administrativo;
- VIII - Auxiliar Administrativo;
- IX - Secretário(a) Executivo para o CMAS.

## Seção II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Jales organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 8º A proteção social básica, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos, compõe-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais:

- I - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;
- II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;
- III - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Parágrafo único. O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.

Art. 9º A proteção social especial, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos, ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais:

- I - Proteção Social Especial de Média Complexidade:
  - a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
  - b) Serviço Especializado de Abordagem Social;
  - c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;
  - d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
  - e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
- II - Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional nas modalidades Casa de Passagem;
- b) Abrigo Institucional;
- c) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências;
- d) Residência inclusiva;
- e) Acolhimento em República;
- f) Acolhimento em Família Acolhedora.

Parágrafo único. O PAEFI deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art.10. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas Organizações da Sociedade Civil - OSC de Assistência Social e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§1º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§2º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município, de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

Art. 11. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, respectivamente, e pelas Organizações da Sociedade Civil - OSC de Assistência Social.

§1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e a prestação de serviços, programas e projetos de proteção social básica às famílias.

§2º O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§3º Os CRAS e os CREAS são unidades públicas municipais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 12. A implantação das unidades CRAS e CREAS devem observar as seguintes diretrizes:

- I - Territorialização - oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;
- II - Universalização - a fim de que a proteção social básica seja prestada na totalidade dos territórios do Município;
- III - regionalização - prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial, cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem acessar a rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 13. As unidades públicas municipais instituídas no âmbito da Gestão Municipal do SUAS integram a estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Jales/Secretaria Municipal de Assistência Social, quais sejam:

- I - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;
- II - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;
- III - Centro Dia do Idoso;
- IV - Casa de Passagem, destinada a migrantes e população em situação de rua.

§ 1º As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupos e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

§ 2º As unidades públicas municipais contarão com equipes de referência nos termos delimitados pelas normas operacionais e conforme as necessidades do Município, observadas as exigências de remuneração compatível com as funções exercidas.

§ 3º Outras unidades municipais poderão ser criadas e integradas às existentes.

Art. 14. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 15 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo único. O diagnóstico socio territorial e os dados de Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 15. São segurançaas afaçadas pelo SUAS:

I - Acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- a) condições de recepção;
- b) escuta profissional qualificada;
- c) informação;
- d) referência;
- e) concessão de benefícios;
- f) aquisições materiais e sociais;
- g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
- h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II - Renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

- a) construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
- b) exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - Desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

- a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;
- b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;

c) conquista e maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

V - Apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

## Seção III DAS RESPONSABILIDADES

Art.16. Compete à Prefeitura do Município de Jales, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS:

- I - Destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, mediante critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e aprovado peloConselho Municipal de Assistência Social;
- II - Efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;

III - Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - Atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V - Prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº8742, de 7 de dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI - Implantar:

- a) a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e a oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;
- b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social;

VII - Regularmentar:

- a) coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e com a Política Estadual de Assistência Social - PEAS, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;
- b) os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;

VIII - Co financiar:

- a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;
- b) em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação

Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

IX - Realizar:

- a) o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;
- b) a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;
- c) em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, as Conferências Municipais de Assistência Social.

X - Gerir:

- a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;
- b) o Fundo Municipal de Assistência Social;
- c) o âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família,Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.

XI - Organizar:

- a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socio territorial;
- b) monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;
- c) coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

XII - elaborar:

- a) a proposta orçamentária da assistência social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal;
- b) submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- c) cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;
- d) executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando-o em âmbito municipal;
- e) executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;
- f) Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do SUAS;
- g) expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, com a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social.

XIII - Aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XIV - Alimentar e manter atualizado:

- a) o Censo SUAS;
- b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – CNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;
- c) conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social - Rede SUAS.

XV - Garantir:

- a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;
- b) que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos



naquilo que for de sua competência, nos termos dispostos na seção I do capítulo IV desta Lei.

**Seção IV  
DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art.17. O Plano Municipal de Assistência Social, de que trata o art. 30 da LOAS é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município de Jales.

§ 1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se-á a cada 4 anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

- a) diagnóstico socio territorial;
- b) objetivos gerais e específicos;
- c) diretrizes e prioridades deliberadas;
- d) ações estratégicas para sua implementação;
- e) metas estabelecidas;
- f) resultados e impactos esperados;
- g) recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- h) mecanismos e fontes de financiamento;
- i) indicadores de monitoramento e avaliação;
- j) tempo de execução;
- k) cobertura da rede prestadora de serviços.

§ 2º O Plano Municipal de Assistência Social, além do estabelecido no § 1º, deverá observar:

- a) as deliberações das Conferências Municipais de Assistência Social;
- b) metas nacionais e estaduais pactuadas, que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;
- c) ações articuladas e intersetoriais.

§ 3º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social é de responsabilidade do órgão gestor da política de assistência social, que submete à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social.

**CAPÍTULO IV  
DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUAS**

**Seção I  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art.18. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de Jales, criado pela Lei Municipal nº 2.266 de 06 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Municipal nº 2.799 de 04 de novembro de 2003, pela Lei Municipal nº3.145, de 04 de outubro de 2006 e pela Lei Municipal nº 3.631 de 1º de julho de 2009, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§ 1º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS deve prover a infraestrutura necessária ao funcionamento do CMAS, por meio de uma Secretaria Executiva, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

§ 2º O CMAS é composto por 16 membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios de seu Regimento Interno.

§ 3º O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 4º CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

§ 5º A estrutura da Secretaria Executiva do CMAS deverá ser composta por servidores efetivos, que não poderão ser membros do CMAS.

§ 6º Poderá o Gestor Municipal de Assistência Social participar das reuniões realizadas pelo CMAS apenas como ouvinte.

Art.19.O CMAS reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês e, extraordinariamente sempre que necessário, cujas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas e funcionará de acordo com Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 20. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 21. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 22. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;

II - Convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;

III - Aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências municipaisde assistência social;

IV - Apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;

V - Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;

VI - Aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

VII - Acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;

VIII - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;

IX - Normatizar as ações e regular a prestação de serviços, programas, projetos e benefícios de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;

X - Apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos sistemas nacional e estadual de informações referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

XI - Apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social nos sistemas nacional e estadual de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;

XII - Alimentar os sistemas nacional e estadual de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;

XIII - Zelar pela efetivação do SUAS no Município;

XIV - Zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XV - Deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XVI - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;

XVII - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

XVIII - Fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD-SUAS;

XIX - Planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados às atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;

XX - Participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados no FMAS;

XXI - Aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de Co financiamento;

XXII - Orientar e fiscalizar o FMAS;

XXIII - Divulgar, no Diário Oficial do Município, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos;

XXIV - Receber, apurar e dar o devido prosseguimento nas denúncias compatíveis aos Serviços Socioassistenciais;

XXV - Deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS no âmbito do Município;

XXVI - Estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos;

XXVII - Realizar a inscrição das Organizações da Sociedade Civil - OSC de Assistência Social, conforme resolução nº14, de 15 de maio de 2014;

XXVIII - Notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXIX - Fiscalizar as Organizações da Sociedade Civil - OSC de Assistência Social, inscritas no CMAS;

XXX - Emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXXI - Registrar em ata as reuniões;

XXXII - Instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários;

XXXIII - Zelar pela boa e regular execução dos recursos repassados pelo FMAS executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange à prestação de contas;

XXXIV - Avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município;

XXXV - Instituir instância de controle social do PBF.

Art. 23. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

§ 1º O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

§ 2º O CMAS poderá utilizar de ferramenta informatizada para o planejamento das atividades do conselho, contendo as atividades, metas, cronograma de execução e prazos a fim de possibilitar a publicidade.

**Seção II  
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 24. As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 25. As conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I - Divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II - Garantia da diversidade dos sujeitos participantes;

III - Estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV - Publicidade de seus resultados;

V - Determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações;

VI - Articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 26. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada 02 (dois) anos pelo ConselhoNacional de Assistência Social e executado pelo CMAS e Órgão Gestor.

**Seção III  
PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS**

Art. 27. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos Conselhos e Conferências Municipais de Assistência Social.

Art. 28. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

**Seção IV  
DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS**

Art. 29. O Município é representado nas Comissões IntergestorasBipartite - CIB do

Estado de São Paulo e na Comissão InterTripartite - CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

Parágrafo único.O CONGEMAS E COEGEMAS constituem Organizações da Sociedade Civil - OSC de Assistência Social sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o Município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

**CAPÍTULO V  
DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA**

**Seção I  
DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

Art. 30. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da cultura, do esporte e lazer, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 31.Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

I - Não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;

II - Desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;

III - Garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;

IV - Garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;

V - Ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

VI - Integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art. 32. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia e bens de consumo ou prestação de serviços.

Parágrafo único. A concessão e o valor do benefício de que trata este artigo será definido pelo Município, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e previsto na respectiva lei orçamentária anual, com base em critérios e prazos analisados e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 33. A Secretaria Municipal de Assistência Social realizará todos os procedimentos necessários para a operacionalização dos benefícios eventuais dispostos nesta Lei, através do CRAS, por meio do serviço de Proteção Integral à Família – PAIF e do CREAS por meio do serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade - PAEFI.

Parágrafo único. A avaliação socioeconômica e o acompanhamento das famílias e dos indivíduos beneficiários serão realizados pelas equipes técnicas do CRAS e CREAS.

**Seção II  
DA PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

Art. 34. Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária, desastre ou de calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, § 1º, da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Art. 35. O Benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

I - À genitora que comprove residir no Município;

II - À família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

III - À genitora em situação de Rua, usuária da assistência social, que em passagem pelo Município venha nascer em Jales/SP;

IV - À genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

Art. 36. O benefício eventual, na modalidade auxílio funeral, constituiu-se em uma prestação temporária não contributiva da assistência social, na forma de bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família, sendo assegurado:

I - Às famílias que comprovem residir no Município;

II - Às pessoas em situação de rua, bem como aos usuários da assistência social;

III - A família do falecido em caráter suplementar e provisório em número igual ao da ocorrência de óbito e nas condições contratadas pelo Município.

Art. 37. O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se como uma provisão suplementar provisória de assistência social, prestada em bens de consumo ou em pecúnia, para suprir a família e indivíduos em situações de vulnerabilidade temporária, que envolvem acontecimentos do cotidiano dos cidadãos e podem se apresentar de diferentes formas produzindo diversos padecimentos.

Art. 38. A vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - Riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - Perdas: privação de bens e de segurança material;

III - Danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

I - Ausência de documentação;

II - Ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;

III - Perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

IV - Ausência de acesso as condições e meios para suprir a necessidade cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente de alimentação;

V - Necessidade de passagem para outra unidade municipal e/ou Estadual, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;

VI -Situação de abandono ou impossibilidade a sua família, principalmente àquelas com presença de crianças, adolescentes e idosos;

VII -Situações de famílias em dificuldades socioeconômicas durante os processos de remoções ocasionados por:

- a) decisões governamentais de reassentamento habitacional;
- b) decisões de desocupação de área de risco;
- c) outras situações sociais que comprometam a sobrevivência e a convivência familiar e comunitária.

Art. 39.O auxílio em situação de desastre ou calamidade pública é uma provisão suplementar e provisória de assistência social, prestada para suprir a família e o indivíduo na eventualidade destas condições, de modo a assegurar-lhe a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia.

Parágrafo único. O auxílio será concedido na forma de pecúnia ou de bens de consumo, em caráter provisório e seu tempo será determinado, levando-se em conta a

avaliação socioassistencial de cada caso.

Art. 40.As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, deslizamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

**Seção III  
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

Art. 41. As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Parágrafo único.As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

**Seção IV  
DOS SERVIÇOS**

Art. 42. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observados os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

**Seção V  
DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 43.Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas serão avaliados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

§ 2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o Benefício de Prestação Continuada – BPC, estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

**Seção VI  
PROJETOS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA**

Art. 44.Os projetos de enfrentamento a pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

**Seção VII  
DA RELAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 45. São Organizações da Sociedade Civil - OSC de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 46. As Organizações da Sociedade Civil - OSC de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 47. Constituem critérios para a inscrição das Organizações da Sociedade Civil - OSC de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

I - Executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - Assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - Garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - Garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 48.As Organizações da Sociedade Civil - OSC de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I - Ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II - Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - Elaborar plano de ação anual;

IV - Ter expresso em seu relatório de atividades:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

I - Análise documental;

II - Visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

III - Elaboração do parecer da Comissão;

IV - Pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

V - Publicação da decisão plenária;

VI - Emissão do comprovante;

VII - Notificação a Organizações da Sociedade Civil - OSC de assistência social por ofício.

**CAPÍTULO VI  
DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 49. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 50. Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único.Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

**Seção I  
DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 51. O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, criado pela Lei Municipal nº 2.266 de 1995, constitui-se fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para Co financiar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 52. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I - Recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - Dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, governamentais e não governamentais;

IV - Receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V - As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e termos de fomento, colaboração e/ou acordo de cooperação firmados no setor;

VI - Produtos de termos firmados com outras Organizações da Sociedade Civil - OSC de Assistência Social financiadoras;

VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§ 3ºAs contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 53. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio de seu gestor, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Administração Municipal de Assistência Social.

Art. 54. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, serão aplicados em:



I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos, serviços e benefícios de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;

II - Em parcerias entre poder público e Organizações da Sociedade Civil - OSC de Assistência Social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistencial específicos;

III - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI - Pagamento dos benefícios eventuais, conforme constados na Seção II do Capítulo V desta Lei, bem como na Lei nº 4.527, de 07 de junho de 2016, com base no inciso I do art.15 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

VII - Pagamentos de profissionais que integrem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta das ações socioassistenciais, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Conselho Estadual de Assistência Social/CONSEAS-SP.

Art. 55. O repasse de recursos para as Organizações da Sociedade Civil - OSC de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Edital de chamamento Público com base na Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

Art. 56. Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, semestralmente, de forma sintética e anualmente, de forma analítica.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 58. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 4.740, de 23 de fevereiro de 2018, a Lei nº 4.527, de 07 de junho de 2016 e a Lei nº 5.345, de 25 de fevereiro de 2022.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 09 de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

### Estado de São Paulo

Lei nº 5.629, de 17 de novembro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	04	02	FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS			
04.122.0004.2120.1005			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	1229	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	08	30.000,00
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEJO AMBIENTE			
18.541.0015.2105.0000			GESTÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR			
Ficha	1230	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Fonte	95	120.000,00

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) de anulação das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	04	02	FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS			
04.122.0004.2120.1005			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	158	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	08	-30.000,00
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.122.0007.2120.0000			GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Ficha	1187	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	95	-120.000,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

### Estado de São Paulo

Lei nº 5.630, de 17 de novembro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 126.400,00 (cento e vinte e seis mil e quatrocentos reais).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA			
04.122.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	142	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	Fonte	01	70.000,00
04.122.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	145	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	20.000,00
02	04	02	FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS			
04.122.0004.2103.0000			APOIO À MANUTENÇÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS			
Ficha	151	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	02	26.400,00
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER			
27.812.0021.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE			
Ficha	869	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	10.000,00

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II- R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA			
04.122.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	141	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01	-100.000,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

### Estado de São Paulo

Decreto nº 9.993, de 27 de outubro de 2023.

Reajusta o preço por metro quadrado de área construída para a base de cálculo do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito Municipal de Jales, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, etc:

Considerando a redação do Artigo 29 da Lei Complementar nº. 110, de 25 de novembro de 2003 e seus parágrafos 1º e 2º.

Considerando a necessidade de correção desses valores, anualmente, através do índice inflacionário INPC do IBGE acumulado, que no período de outubro de 2022 a setembro de 2023 foi de 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento).

#### DECRETO:

Art. 1º Nos serviços de construções de prédios residenciais, comerciais e industriais de alvenaria e nas construções comerciais e industriais com cobertura metálica, o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza será cobrado com base no valor da mão de obra da construção, conforme projeto aprovado pela Prefeitura Municipal, levando-se em consideração a área construída.

§ 1º Nas construções residenciais, comerciais e industriais de alvenaria de:

Até 100 metros quadrados (tipo econômico)	R\$ 62,70 por metro quadrado
De 100,01 a 150,00 metros quadrados	R\$ 98,47 por metro quadrado
Acima de 150,00 metros quadrados	R\$ 134,12 por metro quadrado

§ 2º Nas construções comerciais e industriais, com cobertura metálica de:

Qualquer área	R\$ 53,64 por metro quadrado
Galpão sem fechamento nas laterais	R\$ 35,77 por metro quadrado

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

### Estado de São Paulo

Lei nº 5.632, de 17 de novembro de 2023.

Altera a Lei nº 2.329, de 22 de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º O caput do artigo 1º da Lei nº 2.329, de 22 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º Fica criado o Fundo Especial do Bombeiro - FEBOM, vinculado à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública do Município de Jales, com a finalidade de prover recursos para aquisição de bens, viaturas, equipamentos, materiais, construções, despesas com serviços e pessoal, necessários ao desempenho das atividades do corpo de bombeiros do Município de Jales.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

### Estado de São Paulo

Lei nº 5.633, de 17 de novembro de 2023.

Estabelece o Perímetro Urbano da Cidade de Jales.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Artigo 1.º Nos termos do Inciso XIII, do Artigo 18, da Lei Orgânica do Município de Jales, fica estabelecido o Perímetro Urbano da cidade de Jales, que teve seu caminhamento no sentido anti-horário, reconhecendo durante suas trajetórias as confrontações que sejam naturais e as que ficarem dentro do Polígono, conforme o seguinte roteiro: “Inicia-se no ponto extremo a Oeste de Jales nos limites com a faixa de domínio do DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DNIT (linha férrea); e área de propriedade de Aparecida Donizetti Mariotto Gobbo; deste segue confrontando com a faixa de domínio do DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DNIT (linha férrea), distante 15,00 metros de seu eixo, com os seguintes rumos e distâncias: 73°22'53" NW 27,18 m, 72°54'23" NW e 22,49m, 69°05'57" NW e 29,95 m, 68°38'01" NW e 9,42 m, 68°38'01" NW e 20,99 m, 68°24'18" NW e 11,91 m, 68°24'18" NW e 16,75 m, 63°26'41" NW e 11,05 m, 61°31'42" NW e 23,00 m, 60°48'35" NW e 31,94 m, 56°01'50" NW e 19,76 m, 53°45'22" NW e 38,29 m, 52°22'31" NW e 13,81 m, 51°28'25" NW e 56,56 m, 51°08'18" NW e 31,43 m, 51°15'28" NW e 18,65 m, 58°25'12" NW e 11,32 m; deflete à esquerda e segue confrontando Estrada Municipal (Boiadeira), com seguintes rumos e distâncias: 32°18'53" SW e 83,23 m, 32°27'30" SW e 93,98 m, 32°28'10" SW e 107,50 m, 32°21'13" SW e 56,54 m, 32°28'11" SW e 153,21 m, 30°51'15" SW, 10,98 m, 04°10'44" SW, 9,45 m, 13°50'00" SE e 28,43 m, 16°02'19" SE e 40,63 m, 15°32'38" SE e 12,00m, 15°24'19" SE 83,18 m, 15°24'19" SE e 10,16 m, 15°38'27" SE e 24,06 m, 15°38'27" SE e 32,96 m, 14°29'33" SE e 10,83 m, 15°23'45" SE e 65,21 m, 13°00'33" SE e 5,86 m, 50°12'36" SE e 0,38cm; deflete à esquerda e segue confrontando com CLEONICE YAWAMOTO e outros com rumos e distâncias: 87°26'51" NE e 31,32 m, 88°29'01" NE e 13,12 m, 88°44'38" NE e 30,43 m, segue confrontando com LARISSA RAFAELA ALVERENGA e outros com o rumo 88°26'21" NE e 74,71 m; segue confrontando com área de DARCI LOPES DA TRINDADE JUNIOR e outros com o rumos e distâncias: 88°26'28" NE e 50,30 m , 88°18'46" NE e 37,44 m , 89°01'28" NE e 15,15 m, deflete à direita e segue confrontando DARCI LOPES DA TRINDADE JUNIOR e outros, com rumos e distâncias, 12°44'35" SW e 30,14 m, 09°50'38" SW e 71,42 m, 05°24'35" SE e 16,11 m, 04°44'53" SE e 75,51 m, 05°17'08" SE e 30,74 m, 04°13'20" SE e 25,33 m, 05°2440" SE e 34,34m, onde encontra a margem da Estrada Municipal do Café atual Osório Donda", que vai de Jales a Palmeira D'Oeste; ultrapassa a referida Estrada com o rumo 05°24'40" SE e 32,75m; deflete à direita e segue com o residencial Green Valley, com o rumo 62°57'11"-SW, na distância de 33,39m; deflete à esquerda e segue rumo 49°00'32"-SE, na distância de 92,85m; deflete à direita e segue com o referido loteamento com o rumo 48°55'38"-SE, na distância de 19,07m; deflete à direita e segue com o rumo 33°28'33"-SE, na distância de 33,52m; deflete à esquerda e segue com o referido loteamento com o rumo 81°31'30"-NE, na distância de 69,16m; deflete à direita com o rumo 82°30'34"-NE, na distância de 82,49m; deflete à direita com o rumo 81°58'53"-NE, na distância de 49,04m; deflete à esquerda com o rumo 82°35'05", na

distância de 17,22m; deflete à esquerda com o rumo 82°19'41"-NE, na distância de 82,26m, onde encontra a Estrada Municipal Quebra Cabaça; deflete à direita e segue com o referida Estrada com o rumo 7°16'21"-SE, na distância de 307,15m; deflete à esquerda ultrapassando a referida Estrada e segue confrontando com o Loteamento Vitória, com o rumo 72°27'20"-SE, na distância de 641,07m; deflete à esquerda e segue confrontando com o Loteamento Vitória, com o rumo 17°33'46"-NE, na distância de 203,83m; deflete à esquerda e segue confrontando com o Loteamento Vitória, com o rumo 72°08'57"-NW, na distância de 233,07m; deflete à direita e segue confrontando como Loteamento Terras Altas Jales Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda com o rumo NE-17°55'58", na distância de 131,26m; deflete à esquerda e segue confrontando com o Loteamento Terras Altas Jales Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda com o rumo NW-72°09'35", na distância de 95,35m; deflete à direita e segue confrontando com o Loteamento Terras Altas, com o rumo 11°26'45"-NE, na distância de 66,17m; deflete à esquerda e segue confrontando com o Loteamento Terras Altas, com o rumo 72°07'55"-NE, na distância de 483,27m; deflete à direita e segue confrontando com a Estrada Municipal Quebra Cabaça, com o rumo 7°16'21"-NW, na distância de 60,35m; deflete à direita e segue margeando a referida estrada com rumo de 85°54'51"-NE, até a distância de 424,96 m.; deflete à direita e segue confrontando com Jardim Pires de Andrade, com rumo de 44°00'-SW, até a distância de 80,00m; deflete à esquerda e segue com o referido Loteamento com o rumo de 31°41'-SE, até a distância de 400,50m;deflete à direita e segue confrontando com área de propriedade de Guiomar Pereira Netto Scatena e Outros, com o rumo 34°40'-SW, na distância de 93,00m; deflete à esquerda e segue confrontando com área de propriedade de Guiomar Pereira Netto Scatena e Outros, com o rumo 55°20'-SE, na distância de 251,00m; deflete à esquerda e segue confrontando com área de propriedade de Guiomar Pereira Netto Scatena e Outros, com o rumo 43°50'-NE, na distância de 41,00m; deflete à direita e segue confrontando com área de propriedade de Guiomar Pereira Netto Scatena e Outros, com o rumo55°20'-SE, na distância de269,00m, onde encontra a margem direita do córrego do Marimbondo; deflete à direita e segue margeando o referido córrego do Marimbondo, numa radial, na distância de 150,87 m; deflete à direita e segue ainda, margeando o referido córrego numa radial, na distância de 479,58m; deflete à esquerda e segue ainda, margeando o córrego do Marimbondo numa radial, na distância de 369,11m; deflete à esquerda e segue ainda, margeando o córrego do Marimbondo numa radial, na distância de 268,73m; deflete à esquerda e segue ainda, margeando o córrego do Marimbondo numa radial, na distância de 444,45m; deflete à esquerda e segue ainda, margeando o córrego do Marimbondo numa radial, na distância de 143,85m; deflete à direita e segue, confrontando com os lotes parte “C”, parte “D”, parte “E”, com o rumo de 45°18'-SW, até a distância de 150,541 m; deflete à direita e segue com o rumo 87°20' – SE, na distância de 529,00 m, confrontando com a Estrada Municipal JAL 355; deflete à esquerda passando a Estrada Municipal com a distância de 14,00 m, onde encontra área do Cemitério; segue por esta divisa na distância de 251,00 m; deflete à esquerda com rumo 87°20'-NW na distância de 572,00 m, onde encontra a direita do Córrego do Marimbondo; deflete à direita e segue, margeando o córrego do Marimbondo numa radial, na distância de 133,67m; deflete à esquerda e segue ainda, margeando o córrego do Marimbondo numa radial, na distância de 461,66m; deflete à esquerda e segue ainda, margeando o córrego do Marimbondo numa radial, na distância de 131,96m,ponto onde encontra a margem da Rodovia Estadual “Euphly Jalles”; deflete à esquerda e segue rumo 64°37'57"-SE, margeando a referida rodovia até a distância de 1.590,16 m; deflete à direita e segue margeando ainda a dita Rodovia, com rumo de 58°31'07"-SE, até a distância de 245,54 m, onde encontra a margem direita do córrego do Tamboril; deflete à esquerda e segue margeando o córrego do Tamboril acima, com três rumos e medidas radiais seguintes: Rumo 20°55'33"-NE pela distância de 189,70 m, rumo 47°22'03"-NE, pela distância de 210,35 m, rumo de 23°19'33"-NE, pela distância de 553,13 m, onde encontra o marco cravado na divisa com a Estrada Municipal Jales-Pontalinda; deflete a direita e segue acompanhando ainda, a margem direita do referido córrego acima com o rumo 18°08'52"-NE, até a distância de 915,01 m; deflete a direita e segue pelo margem direita do referido córrego acima até o ponto cuja radial tem o rumo de 29°42'53"-NE, até a distância de 236,04 m; onde encontra as Chácaras do Jardim Paulista; deflete a direita e segue divisando com o Jardim Paulista com o rumo de 38°30'08"-NE, até a distância de 790,00 m; onde encontra com a rua Bauru; deflete à direita e segue divisando com a rua Bauru, na distância de 484,45m; segue confrontando com Estrada Municipal JAL 350 com o rumo 49°48'20"-SE, na distância de 162,14m; deflete à direita confrontando com a Estrada Municipal JAL 350 com o rumo 48°51'40", na distância de 158,45m; deflete à esquerda ultrapassando a rua Bauru, com o rumo 46°48'57"-NE, na distância de 12,00m, onde encontra com área remanescente de propriedade José Barbosa de Assunção, segue com a referida área com o rumo 46°48'57"-NE, na distância de 831,50m; deflete à esquerda e segue confrontando com área remanescente de José Barbosa de Assunção com o rumo 56°17'06"-NW na distância de 482,11m; deflete à direita e segue confrontando com o Loteamento Big Plaza, com rumo de 54°05'04"-NE, até a distância de 467,00m; onde encontra as terras da FEPASA; deflete à esquerda e segue na distância de 258,23 m confrontando com a FEPASA; deflete à direita e segue rumo de 48°38'05"-NE, confrontando com Jardim São Gabriel, na distância de 399,00 m; deflete à direita e segue confrontando com Marginal da Rodovia Euclides da Cunha SP- 320, com orumo 60°35'57"-SE, na distância de 189,25 m; deflete à direita e segue rumo 51°30'00"-SW,



confrontando com Minerva IzarJales, até a distância de 92,79 m; deflete à direita e segue confrontando com Laécio Prates Birigui, com o rumo 64°39'45"-NW, até a distância de 26,48m; deflete à esquerda e segue rumo -44°31'07"-SW, confrontando com Minerva Izar Jalles, até a distância de 276,30 m; deflete à esquerda e segue confrontando com área do DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte, até a distância de 45,83 m; Deflete à esquerda confrontando com área do DNIT, até a distância de 5,00m; Deflete à direita em curva confrontando com área do DNIT, até a distância de 262,08m; Deflete à esquerda e segue confrontando com área do DNIT, até a distância de 15,00m; Deflete à direita em curva confrontando com área do DNIT, na distância de 176,65m; Deflete à direita confrontando com área do DNIT, na distância de 15,00m; Deflete à esquerda confrontando com área do DNIT, com o rumo 27°59'15"-SE, na distância de 146,53m; Deflete à esquerda confrontando com Martins Francisco Junior, com o rumo 77°22'35"-NE, na distância de 415,13m; deflete à direita e segue confrontando com Gleba “B” de propriedade de Martins Francisco Junior com o rumo SE-12°50'15"-NW, na distância de 29,56 m; deflete à direita e segue confrontando com Gleba “B” de propriedade de Martins Francisco Junior com o rumo SE-02°13'31"-NW, na distância de 48,43 m; deflete à esquerda e segue confrontando com Gleba “B” de propriedade de Martins Francisco Junior com o rumo SE-12°32'31"-NW, na distância de 21,79 m; deflete à esquerda e segue confrontando com área da Matrícula nº 32.660 Parte com o rumo NE-74°51'39", na distância de 52,00 m, ponto onde encontra a margem da Estrada Municipal JAL-250; deflete à direita e segue confrontando com a margem da Estrada Municipal JAL-250 com o rumo 03°59'24"-SE, na distância de 18,81m; deflete à direita e segue com a referida Estrada com o rumo 01°39'12"-SE, na distância de 58,48m; deflete à esquerda e segue confrontando com a referida Estrada com o rumo 12°44'31"-SE, na distância de 35,74m; deflete à esquerda e segue confrontando com a referida Estrada com o rumo 35°48'21"-SE, na distância de 14,69m; deflete à esquerda e segue limitando com terras da Municipalidade, onde está sendo implantado o Distrito Industrial III com o rumo de 58°29'45"-SE, até a distância de 288,73 m; deflete à esquerda e segue limitando ainda com terras da Municipalidade, com o rumo de 40°24'55"-NE, na distância de 563,00m; onde encontra a Rodovia SP-320 (Euclides da Cunha), segue ainda com o rumo de 40°24'35"-NE, atravessando a referida Rodovia, até a distância de 71,95m; deflete à esquerda e segue confrontando com a marginal da Rodovia Euclides da Cunha SP-320, com rumos e distância; (58°10'50"-NW, distância de 264,45m), (57°31'46"-NW, na distância de 92,37m), (52°27'58"-NW, na distância de 74,38m), (38°08'24"-NW, na distância de 17,44m), (67°53'02"-NW, na distância de 57,96m), (60°54'44"-NW, na distância de 46,22m), (56°25'54"-NW, na distância de 122,19m), (55°53'15"-NW, na distância de 24,02m), (52°12'18"-NW, na distância de 16,24m), (52°45'04"-NW, na distância de 56,09m), (53°23'11"-NW, na distância de 38,49m), (54°20'15"-NW, na distância de 52,41m), (63°10'55"-NW, na distância de 57,54m), deflete à direita e segue confrontando com propriedade de Renata Cristina Galavotti e Outras, matrículas 28.232, com o rumo 38°15'28"-SW, na distância de 255,85m; deflete à esquerda e segue confrontando com Gleba B, com o rumo 50°59'45"-NW, na distância de 112,96m; deflete à direita e segue confrontando com propriedade de Vandualdo Roberto Bigotto, matrícula 55.341, Estância Bela Vista, com o rumo SW-38°12'14", em uma distância de 91,24m; deflete à esquerda e segue confrontando com Estância Bela Vista, com o rumo NW-54°09'12", na distância de 83,34m; deflete à direita e segue confrontando com Estância Bela Vista; deflete à direita e segue confrontando com Estância Bela Vista, com o rumo NE-41°32'02", na distância de 11,00m; deflete à esquerda e segue confrontando com Estância Bela Vista, com o rumo NW-40°52'21'56" na distância de 52,02m; deflete à direita e segue confrontando com Estância Bela Vista, com o rumo NE-38°04'33", na distância de 41,37m; deflete à esquerda e segue confrontando com Estância Bela Vista, com o rumo NW-59°18'34", na distância de 19,00m; deflete à esquerda e segue confrontando com Estância Bela Vista, com o rumo SW-38°57'57", na distância de 80,96m; segue confrontando com Estância Bela Vista, com o rumo SW-38°46'28", na distância de 118,67m; segue confrontando com Estância Bela Vista, com o rumo SW-38°49'02", na distância de 118,77m; segue confrontando com Estância Bela Vista, com o rumo NE-38°44'52"-SW, na distância de 62,98m; segue confrontando com Estância Bela Vista, com o rumo NE-38°53'02"-SW, na distância de 21,57m; segue confrontando com Mauro Jaques Perassolo, com o rumo NE-48°50'00", na distância de 143,02m; deflete à direita e segue confrontando com a marginal da Rodovia Euclides da Cunha SP-320 (57°58'32"-NW, na distância de 91,30m), (67°15'33"-NW, na distância de 31,90m), (59°00'41"-NW, na distância de 64,34m), (59°44'44"-NW, na distância de 11,07m), (57°44'54"-NW, na distância de 207,17m; deflete à direita e segue com o rumo de 58°41'42"-NE, confrontando com Elena Denardi Rossini e Outros, até a distância de 168,14 m, ponto onde encontra a rede de tensão da CESP; deflete à esquerda e segue acompanhando a referida Rede de Alta Tensão com rumo de 60°03'20"-NW, até a distância de 492,49 m;deflete à direita e segue com Parte B com rumo SW-32°20'-NE, com a distância de 104,162 m, deflete à esquerda e segue com a referida área com o rumo NW- 57°40'-SE com a distância de 89,829; deflete à direita com o rumo NW-45°17'-SE, com a distância de 62,96 m, onde encontra com área Parte A1; deflete à direita e segue com o rumo NW-16°12'-SE, com a distância de 259,75 m; deflete à esquerda com o rumo NW-28°07'-SE, com distância de 233,05 m; deflete à direita e segue com rumo NW-14°41'-SE, com a distância de 62,38 m; deflete à esquerda e segue com rumo NW-32°02'-SE, com a distância de 108,81 m; deflete à direita e segue com rumo NW-10°05'-SE, com a distância de 30,50 m, onde encontra o Espólio Euphly Jalles; deflete à esquerda e segue com rumo NW-45°50'-SE, com distância de 317,34 m, onde encontra com a Avenida João Amadeu; deflete à direita e segue com a referida Avenida com o rumo 45°51' -30'NE com a distância de 398,54m, deflete à direita e segue confrontando com área de propriedade de Roberto Vieira Lima com o rumo de SE-50°30'-NW na distância de 735,00m; deflete à esquerda e segue com a cabeceira do córrego da roça, na distância de 187,00m, onde encontra o M2; deflete à direita e segue confrontando com área de Nestor Vicente com o rumo NE-41°00'-SW, na distância de 68,15m, onde encontra o M3; deflete à esquerda e segue confrontando com área de Espólio de Alberto Furlan, com o rumo NW-23°40'-SE, na distância de 510,00m; deflete à direita e segue confrontando com área do Espólio de Alberto Furlan com o rumo 54°39'26"-NE, na distância de 204,83m; deflete à esquerda e segue confrontando com a referida área com o rumo 49°58'31"-NE, na distância de 38,78m; deflete à esquerda ultrapassando a Estrada Municipal JAL 020, que dá acesso Jales / Vitória Brasil com o rumo 67°26'01"-NW, na distância de 20,72; segue o mesmo rumo confrontando com propriedade de Francisco Luiz Alonso Gerez e Juan Ramon Alonso Gerez, Estância Almeria (Matrícula nº 38.657) na distância de 564,99m; deflete à esquerda e segue confrontando com propriedade de Oswaldo Buzinaro (Matrícula 11.080), com o rumo 67°27'58" NW na distância de 132,14m; deflete à direita e segue confrontando com propriedade de Oswaldo Buzinaro (Matrícula 11.080), com o rumo 67°20'27" NW na distância de 130,00m; deflete à direita e segue confrontando com propriedade de Oswaldo Buzinaro (Matrícula 11.080), com o rumo 67°12'45" NW na distância de 116,17m; deflete à deflete à direita e segue confrontando com propriedade de Oswaldo Buzinaro (Matrícula 11.080), com o rumo 63°46'23" NW na distância de 57,15m; deflete à esquerda e segue confrontando com propriedade de Oswaldo Buzinaro (Matrícula 11.080), com o rumo 43°06'35" SW na distância de 273,82m; deflete à direita e segue com o rumo 13°20'-NE, na distância de 77,40 m, confrontando com Rubens Veronezi; deflete à direita e segue com o rumo 24°32'-NE, na distância de 27,70 m, confrontando ainda com Rubens Veronezi; deflete à esquerda com o rumo 88°28'-SW, na distância de 286,30 m, confrntando com Ricardo Lira; deflete à esquerda, na distância de 75,00 m confrontando com o eixo da Estrada Municipal Jales-Doleinópolis; deflete à direita com o rumo 70°44'-NW, na distância de 467,00 m, confrontando com Ricardo Lira; deflete à direita e segue com o eixo do Córrego Jales,na distância de 86,00 m e finalmente 187,00 m, onde encontra terras de João Secatin, parte daí no confronto com este com o rumo de 42°26'-W, na distância de 214,10 m, onde encontra o Ribeirão Lagoa; deflete à esquerda e segue com o referido córrego na distância de 191,00m, -deflete à direita e segue confrontando com a GEBA B com o rumo 7°47'19"-NW, na distância de 425,78m; deflete à esquerda confrontando com a GLEBA B com o rumo 82°12'31"-SW na distância de 557,00m onde encontra a Estrada Municipal Jales-Paranapuã; deflete à direita e segue acompanhando a margem da referida estrada com o rumo 7°44'44"-NW, na distância de 480,84m; deflete à esquerda ultrapassando a estrada municipal Avenida Lourival de Souza com o rumo 76°21'38"-SE na distância de 14,00m,ponto onde encontra a divisa com terras pertencentes a Caliza Fernandes; segue o mesmo rumo na distância de 1.002,57 m onde encontra o prolongamento da Rua João Pessoa; deflete à direita e segue confrontando com Gleba “A” de propriedade de Alan Batista Ciasca e outros, com o rumo NW-12°10'55"-SE, na distância de 14,14 m; deflete à esquerda e segue confrontando com Gleba “A” de propriedade de Alan Batista Ciasca e outros, com o rumo SE-85°57'28"-NE, na distância de 27,68 m; deflete à direita e segue confrontando com Residencial Vila Nobre, com o rumo 04°57'14"-NW, na distância de 80,60m; deflete à direita e segue confrontando com área de Antônio Ciasca, com rumos e distâncias 87°48'29"-NE, na distância de 314,12m; 87°06'41"-NE, na distância de 27,66m; 88°08'13"-NE, na distância de 51,01m; 87°13'06-NE, na distância de 23,48m; segue confrontando com área de propriedade de Elson Gandolfo, com rumos e medidas; 87°26'52"-NE, na distância de 220,15m; 87°26'52"-NE, na distância de 30,98m; 87°26'52"-NE, na distância de 12,52m; 87°33'47"-NE, na distância de 360,17m; 86°55'04"-NE, na distância de 60,67m; 87°26'15"-NE, na distância de 36,18m; 87°50'46'-NE, na distância de 571,05m; 87°33'48", na distância de 281,11m; deflete à esquerda e segue confrontando com a margem esquerda do córrego do Ribeirão Lagoa com o rumo 17°20'09"-NW, na distância de 21,38m; 06°50'24"-NW, na distância de 18,73m; deflete à esquerda e segue confrontando com área de Afonso Rossaffa com o rumo 87°46'41"-NW, na distância de 91,59m; 89°46'57"-SE, na distância de 9,22m; 86°48'09"-NW, na distância de 28,97m; 87°48'22"-NW, na distância de 148,88m; segue confrontando com área de propriedade de Antônio RossaffaPapali, com o rumo 88°06'54"-NW, na distância de 312,26m; 87°48'32"-NW, na distância de 328,92m; 87°18'32"-NW, na distância de 39,12m; 88°44'17"-NW, na distância de 38,28m; 87°15'55"-NW, na distância de 289,93m; 87°15'55"-NW, na distância de 30,39m; 87°15'55"-NW, na distância de 1,55; segue confrontando com área de Maria de Lourdes Cabaça Scatena, com o rumo 87°39'36"-NW, na distância de 245,10m, segue confrontando com área de propriedade de Eliana PapaleRossaffa, com o rumo 87°49'13"-NW, na distância de 382,56m; deflete à esquerda e segue confrontando com Residencial Vila Nobre, com o rumo 21°10'39"-SW, na distância de36,37m;deflete à direita rumo 82°57'31"-NW, na distância de 109,98m, confrontando com Augusto Francisco dos Santos; deflete à esquerda rumo 84°15'20"-NW, na distância de 100,17m, confrontando com Augustinho Francisco dos Santos; deflete à esquerda rumo 31°28'39"-SE, na distância de 84,15m, confrontando com Parte “A”; deflete à direita rumo 38°31'21"-SW, na distância de 233,74m confrontando com Parte “A”; deflete à esquerda rumo 31°14'00'-SE, na distância de 449,59m, confrontando com Rodovia Jarbas de Moraes SP-561; deflete à esquerda e segue rumo 15°11'53"-SE, confrontando com a Rodovia Jarbas de Moraes, até a distância de 196,78 m; deflete mansamente à direita e segue com rumo 15°05'07"- SE, confrontando ainda com a referida Rodovia, até a distância de 196,58 m; deflete mansamente à direita e segue comrumo 14°50'34"-SE, até a distância de 70,66 m; deflete mansamente à esquerda e segue rumo 17°38'48"-SE, até a distância de 165,72 m, até encontrar o alinhamento predial da Rua João Pessoa do Conjunto Habitacional “José Antônio CaparrozBogazá”; deflete à esquerda e segue com o rumo 14°50'54"-SE, na distância de 827,95m, margeando a Rodovia Jarbas de Moraes, encontrando o córrego do Açude; deflete à direita, ultrapassando a rodovia Jarbas de Moraes e segue com o rumo à 48°05'59"-SW, acompanhando o Veio do referido córrego acima, numa distância radial de 171,09 m; deflete à direita e segue ainda margeando o Córrego do Açude, até o ponto cuja radial tem o rumo de 81°47'34"-NW, na distância de 228,49 m; deflete à esquerda e segue ainda margeando o referido córrego até encontrar o cruzamento do mesmo com a Estrada Municipal que demanda Jales ao Córrego do Matão, cuja radial tem o rumo de 86°51'18"-NW e distância de224,55 m; deflete à direita confrontando com terras de Quem de Direito com o rumo 75°19'19"-NW, na distância de 87,02 m; deflete à esquerda ultrapassando a Rodovia Estadual Euclides da

Cunha (SP-320), com o rumo de 61°24'26"-SW, na distância de 120,10 m; segue o mesmo rumo confrontando com Valdecir Rotundo Furlan com os seguintes rumos e distâncias: 61°24'26"-SW, na distância de 199,44 m; 61°30'27"-SW, na distância de 243,42 m; onde encontra com área de Mauro Mandarini, com os seguintes rumos e distâncias: 61°30'27"-SW, na distância de 229,97 m; 61°54'39"-SW, na distância de 336,22 m; 61°07'35"-SW, na distância de 115,87 m; 61°47'32"-SW, na distância de 35,84 m; deflete à esquerda confrontando com o prolongamento da Rua Suécia com os seguintes rumos e distâncias: 25°14'39"-SE, na distância de 60,64 m; 31°31'28"-SE, na distância de 38,40 m; 47°57'01", na distância 60,50 m; 53°38'10"-SE, na distância de 11,22 m; 50°36'09-SE, na distância de 138,72 m; 45°33'24"-SE, na distância de 40,57 m; 22°27'26"-SE na distância de 19,20 m, onde encontra com área da TELESF;deflete à direita e segue confrontando com a TELESF com o rumo de 74°30'10"-SW, na distância de 50,04 m; deflete à esquerda confrontando com a mesma com o rumo 14°47'46"-SE, na distância de 50,06 m; deflete à esquerda confrontando com a mesma com o rumo 74°48'08"-NE, na distância de 50,11 m;deflete à direita confrontando com a Rua Suécia com rumos e distâncias: 13°03'10"-SE, na distância de 63,13 m; 19°15'01"-SE, na distância de 20,92 m; deflete à direita e segue divizando com Ronaldo de Mori com o rumo de 46°55'-SW, até a distância de 190,50 m, deflete à esquerda confrontando com o mesmo, na distância de 74,90m; segue o mesmo alinhamento ultrapassando a linha férrea na distância de 28,69m; onde encontra o ponto inicial mencionado no início deste roteiro, com área total de **18.658.338.481,93** m², ou **1.865.833.848,193** ha, ou **771.005.722.3938017**alqs.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

### Estado de São Paulo

**Lei nº 8.634, de 27 de novembro de 2023.**

Denomina a Sala de Educação Ambiental José Alberto SilveiraMatose dá outras providências.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º Fica, pela presente Lei, denominada de “Sala de Educação Ambiental José Alberto Silveira Matos” a sala para estudos ambientais do Bosque Municipal “Aristófano Brasileiro de Souza”, situado na Avenida José Rodrigues, no Jardim do Bosque.

Art. 2º Os custos decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotação própria prevista no orçamento vigente, sendo suplementada, se necessário.

Art. 3ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

### Estado de São Paulo

**Lei nº 5.635, de 28 de novembro de 2023.**

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 920.790,52 (novecentos e vinte mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS		
13.392.0013.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	1231	33.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 45.000,00
02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0004.2003.0000			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL		
Ficha	159	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	01 86.903,10
02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO- SMOBU		
15.122.0014.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	195	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 168.000,00
15.122.0014.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	197	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 186.000,00
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRIC PECT ARABSTEC MEIO AMBIENTE		
18.541.0015.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	1235	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	05 49.662,68
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.122.0007.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	334	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 3.000,00
02	09	11	FUNDEB		
12.361.0011.2003.1133			FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL		
Ficha	1086	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte	05 50.000,00
02	09	12	APLICAÇÕES COMPLEMENTARES		
12.365.0011.2124.0000			MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL		
Ficha	1232	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	05 264.779,79
12.365.0011.2124.0000			MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL		
Ficha	1233	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	05 1.000,00
12.365.0011.2124.0000			MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL		
Ficha	1234	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	05 66.444,95

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:


I- R\$ 382.224,74 (trezentos e oitenta e dois mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II- R\$ 538.565,78 (quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos) de anulação das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	01	01	GABINETE DO PREFEITO		
04.122.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	1109	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	Fonte	01 -5.368,84
04.122.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	1119	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -20.000,00
02	01	02	FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE		
04.122.0004.1001.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	1078	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01 -15.499,67
04.122.0004.2006.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	1110	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	Fonte	01 -2.684,42
04.122.0004.2006.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	1120	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -10.000,00
02	01	03	CONSELHO TUTELAR		
04.122.0004.2007.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	1111	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	Fonte	01 -2.684,42
14.243.0004.2007.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	1121	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -10.000,00
02	02	01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
03.062.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	1122	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -40.000,00
02	03	01	SECRETARIA MUN DE DESEN ECONÔMICO, CULTURA E TURISMO-SNDECT		
23.691.0017.2120.0000			PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Ficha	1085	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -886,21
23.691.0017.2120.0000			PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Ficha	1123	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -40.000,00
02	03	03	DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS		
23.691.0017.2120.0000			PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Ficha	1083	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -3.789,00
13.392.0013.2120.0000			PROMOÇÃO DA CULTURA		
Ficha	1084	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -1.100,00
13.392.0013.2122.0000			PROMOÇÃO DA CULTURA		
Ficha	1210	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Fonte	01 -3.000,00
02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA		
04.122.0004.1001.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	1066	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01 -149,06
04.122.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	1124	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01 -40.000,00
02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		

Ficha	1125	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	-40.000,00
02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO-SMOBU			
15.451.0014.1001.0000			GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO			
Ficha	964	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	-5,40
15.451.0014.1001.0000			GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO			
Ficha	968	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	-234,08
15.451.0014.1001.0000			GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO			
Ficha	969	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	-8.000,00
15.451.0014.1001.0000			GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO			
Ficha	971	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	-1,6 9,24
15.122.0014.2120.0000			GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO			
Ficha	1126	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	-40.000,00
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEO AMBIENTE			
18.541.0015.2120.0000			GESTÃO DO MEIO AMBIENTE / AGRICULTURA			
Ficha	1127	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	-40.000,00
18.541.0015.2120.0000			GESTÃO DO MEIO AMBIENTE / AGRICULTURA			
Ficha	1226	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	05	-49.662,68
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0007.2023.0000			GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Ficha	099	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Fonte	01	-3.000,00
02	09	01	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO			
12.122.0011.2120.0000			GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
Ficha	1071	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	-167,85
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0010.1001.0000			GESTÃO DA SAÚDE			
Ficha	966	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	-1.537,61
10.122.0010.1002.0000			GESTÃO DA SAÚDE			
Ficha	1129	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	-39.000,00
10.303.0010.1002.0000			GESTÃO DA SAÚDE			
Ficha	1224	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	-237,53
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER			
27.812.0021.1001.0000			GESTÃO DO ESPORTE			
Ficha	1064	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01	-39.639,77
02	13	00	SECRETARIA MUN DE GOVERNO - SMG			
04.122.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Ficha	1133	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	-40.000,00
02	14	00	SECRETARIA MUN DE MOBIL, URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA-SMMUSP			
15.451.0014.2120.0000			GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO			
Ficha	1023	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01	-316,00
15.451.0014.2120.0000			GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO			
Ficha	1134	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	01	-40.000,00





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo


Decreto nº 9.985, de 26 de outubro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.616, de 26 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.985, de 26 de outubro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.616, de 26 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

**DECRETO:**

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 509.175,00 (quinhentos e nove mil, cento e setenta e cinco reais).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	09	11	FUNDEB
12.361.0011.2003.1132	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL		
Ficha 1166	3.3.90.46.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Fonte 02 486.175,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.303.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL		
Ficha 1173	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte 05 19.000,00
10.304.0010.2003.0000	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL		
Ficha 1174	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte 05 4.000,00

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 509.175,00 (quinhentos e nove mil, cento e setenta e cinco reais) de anulação das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	09	11	FUNDEB
12.361.0011.2002.1131	GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
Ficha 490	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS	Fonte 02 -486.175,00
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0010.2003.0000	GESTÃO DA SAÚDE		
Ficha 839	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte 05 -23.000,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.


Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.987, de 26 de outubro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.618, de 26 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

**DECRETO:**

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 189.435,34 (cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2003.1311	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL		
Ficha 1217	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte 05 10.000,00
08.244.0007.2003.1311	FOLHA DE PAGAMENTO - GERAL		
Ficha 1218	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	Fonte 05 13.000,00
08.122.0007.2099.0000	ADANTAMENTOS E RESSARCIMENTOS DE DIÁRIAS, VIAGENS E PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO		
Ficha 1219	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte 05 12.000,00
08.122.0007.2099.0000	ADANTAMENTOS E RESSARCIMENTOS DE DIÁRIAS, VIAGENS E PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO		
Ficha 1220	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte 05 3.438,43
08.244.0007.2046.1310	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		
Ficha 1222	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte 00 996,91
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0010.1002.0000	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)		
Ficha 1223	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte 02 150.000,00

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 996,91 (novecentos e noventa e seis reais e noventa e um centavos) resultantes de superávit financeiro apurado no exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II- R\$ 178.438,43 (cento de setenta e oito mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III- R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de anulação das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2003.1311	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ficha 352	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte 05 -10.000,00


Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 26 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 10.006,de 27 de outubro de 2023.

Atualiza as Tabelas I, II e III da Vigilância Sanitária.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a necessidade de correção desses valores, anualmente, através do índice inflacionário INPC do IBGE acumulado no período de outubro de 2022 a setembro de 2023, a saber: 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento).

**DECRETO:**

Art. 1º Ficam atualizadas as Tabelas I, II e III, anexam a Lei Municipal n º 2.464/98, que instituiu a Lei de Vigilância Sanitária, para o exercício de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração

**TABELA ANEXA I**  
**TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA**

Vistoria para expedição de Licença de Funcionamento quando do início da atividade, alteração de local e alteração de atividade e da renovação anual, segundo o artigo 3º da referida Lei, (Estabelecimentos sob responsabilidade de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Químicos, e Outros Titulares de Profissões e Afins)

Expediente	Valor	em
Guia de Recolhimento.....	4,00	

**VISTORIA**

Gênero de Estabelecimento	Valor	em
a) Farmácia.....	354,63	
b) Drogeria.....	332,59	
c) Vistoria de veículos automotores para transporte de alimentos.....	182,47	
d) Instituto e Clínica de Fisioterapia e de Ortopedia.....	250,92	
e) Instituto de Beleza sem responsabilidade médica, pedicuro e podólogo.....	86,38	
f) Ótica e Laboratório de Ótica.....	250,92	
g) Laboratório de Análise Clínica.....	250,92	
h) Estabelecimentos destinados à prática de esportes com responsabilidade médica.....	182,47	
i) Clínica Médica Veterinária.....	250,92	
j) Estabelecimentos de Assistência Odontológica, Consultório Odontológico.....	124,98	
k) Clínica de Radiologia.....	250,92	
l) Laboratório e / ou Oficina de Prótese Dentária.....	86,38	
m) Vistoria de veículos para transporte e atendimento de doente terrestre.....	72,96	
n) Casa de repouso e Casa de idosos sem responsabilidade médica (pousada ).....	216,40	
o) Distribuidora com retalhamento de drogas, medicamentos, insumos, farmacêuticos cosméticos.....	332,84	
p) Distribuidora com retalhamento de produtos de higiene, perfume e saneante domissanitário.....	332,84	
q) Aplicadora de produtos saneantes domissanitários.....	332,84	
r) Dispensários, postos de medicamentos e ervanárias.....	250,92	
s) Envasadora de água mineral.....	367,86	
t) Ambulantes.....	69,29	
u) Casa de criação.....	194,62	
v) Hospital até 50 leitos.....	250,92	
x) Hospital com mais de 50 leitos.....	410,56	
y) Demais estabelecimentos não especificados e sujeito à fiscalização.....	285,18	

**TABELA ANEXA II**  
**TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA**

Vistoria para expedição de Licença de Funcionamento quando do início da atividade, alteração de local e alteração de atividade e da renovação anual, segundo art. 3º da referida Lei, (Estabelecimentos com atividades relativas a Bebidas e Alimentos)

EXPEDIENTE	Valor	em
Guia de Expediente.....	4,00	

**VISTORIA**

Gênero de Estabelecimento	Valor	em
a) Supermercado e congêneres.....	574,97	
b) Distribuidora e depósito de alimentos, bebidas e água mineral.....	431,79	
c) Restaurante e Churrascaria.....	332,84	
d) Sorveterias.....	218,20	
e) Comércio de ovo, bebida, frutaria, verdura, legumes, quitanda e bar.....	151,18	
f) Distribuidora sem fracionamento de medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, drogas, perfumes, saneantes domissanitários, casa de artigos cirúrgicos dentários.....	250,92	
g) Depósito fechado de drogas, medicamentos, insumo farmacêuticos, correlatos, comércios, Perfume, produto de higiene, saneantes domissanitários.....	250,92	
h) Açougue, avícola, peixaria, lanchonete e pastelaria.....	250,92	
i) Merceria e congêneres.....	250,92	
j) Comércio de laticínios e embutidos.....	250,92	
k) Mini mercado.....	259,52	
l) Rotisseria, pizzaria, padaria, confeitaria e similar.....	250,92	
m) Demais estabelecimentos não especificados, sujeito à fiscalização.....	285,26	


**TABELA ANEXA III**  
**RUBRICA DE LIVROS**

A taxa de rubrica de livros dos estabelecimentos sujeitos a fiscalização sanitária é de:

Expediente	Valor	em
Guia de Expediente.....	4,00	

**Taxa**

RS	Valor	em
a) Livros até 100 folhas.....	43,06	
b) Livros de 101 a 200 folhas.....	69,29	
c) Livros acima de 200 folhas.....	87,29	



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.997,de 27 de outubro de 2023.

Reajusta o valor venal dos lotes de terrenos, edificações urbanas e de expansão urbana do Município de Jales e dá outras providências.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

Considerando o disposto a Lei Complementar nº 281, de 14 de setembro de 2017.

Considerando a necessidade de correção desses valores, anualmente, através do índice inflacionário INPC do IBGE acumulado no período de outubro de 2022 a setembro de 2023, a saber: 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento).

**DECRETO:**


Art. 1º Fica reajustado em 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento), o valor venal dos lotes, terrenos, edificações urbanas e de expansão urbano do município, instituído pelo artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 168, de 03 de dezembro de 2008.

Parágrafo único: o reajuste de que trata este artigo passara a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.998,de 27 de outubro de 2023.

Atualiza o Valor de Referência de que trata o art. 372, Parágrafo único, do Código Tributário Municipal, Lei nº 1.335, de 30 de setembro de 1983.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a necessidade de correção desses valores, anualmente, através do índice inflacionário INPC do IBGE acumulado no período de outubro de 2022 a setembro de 2023, a saber: 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento).

**DECRETO:**

Art. 1º O Valor de Referência de que trata o artigo 372, Parágrafo único, do Código Tributário Municipal Lei nº 1.335, de 30 de setembro de 1.983, passa a ser de R\$ 272,57 (duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).


Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.999,de 27 de outubro de 2023.

Fixa o valor do hectare do bem imóvel, para efeito de recolhimento do ITBI.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a necessidade de correção desses valores, anualmente, através do índice inflacionário INPC do IBGE acumulado no período de outubro de 2022 a setembro de 2023, a saber: 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento).

**DECRETO:**

Art. 1º Fica fixado em R\$ 27.503,49 (vinte e sete mil, quinhentos e três reais e quarenta e nove centavos) por hectare, o valor venal de bens imóveis ou direitos a eles relativos para efeito de recolhimento do ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens “INTER VIVO” no município de Jales para o exercício de 2024, de que se trata o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei Municipal nº 1.713/89, de 06 de março de 1989.


Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 10.001,de 27 de outubro de 2023.

Atualiza as Tabelas II, III, IV, V, VI e VII, anexas ao Código Tributário Municipal.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, etc.;

Considerando a necessidade de correção desses valores, anualmente, através do índice inflacionário INPC do IBGE acumulado no período de outubro de 2022 a setembro de 2023, a saber: 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento).

**DECRETO:**

Art. 1º Fica atualizada as Tabelas II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Complementar nº092 de 14 de dezembro de 2001.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração


FONE/FAX: (17) 3632-6889 - E-mail: jn.folharegional@gmail.com



TABELA ANEXA N.º II		
NATUREZA LOCALIZAÇÃO FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE FUNCIONAMENTO		
1 – Comércio		
Açougueiros		
Categoria – A.....	118,48	236,96
Categoria – B.....	94,87	189,74
Categoria – C.....	79,16	158,32
Armarinhos		
Categoria – A.....	134,35	270,70
Categoria – B.....	114,72	229,44
Categoria – C.....	94,94	189,88
Agentes e Propostos em Geral		
Categoria Única.....	67,12	134,24
Armazéns Gerais, Silos, Guarda de Móveis		
Categoria Única.....	180,85	361,70
Auto Escola – Por Carro		
Categoria Única.....	51,35	102,70
Artigos Esportivos		
Categoria – A.....	134,25	270,70
Categoria – B.....	114,46	229,44
Categoria – C.....	94,73	189,46
Bares		
Categoria – A.....	118,48	236,96
Categoria – B.....	94,87	189,74
Categoria – C.....	79,16	158,32
Boutique		
Categoria – A.....	170,09	340,18
Categoria – B.....	135,25	270,50
Categoria – C.....	118,48	236,96
Brinquedos		
Categoria – A.....	105,63	211,26
Categoria – B.....	97,86	195,72
Categoria – C.....	79,16	159,32
Botecoquins		
Categoria – A.....	94,70	189,40
Categoria – B.....	83,17	166,34
Categoria – C.....	66,90	133,80
Banca de Jornais e Revistas		
Categoria – A.....	67,12	134,24
Categoria – B.....	63,00	126,00
Categoria – C.....	51,53	103,06
Bilhates e Quaisquer outros Jogos de Mesa		
Categoria única.....	26,67	53,34
Bocha		
Pôr Pista.....	26,67	53,34
Barbearia por Cadeira		
Categoria – A.....	43,33	86,66
Categoria – B.....	35,56	71,12
Categoria – C.....	26,67	53,34
Charutaria		
Categoria – A.....	67,12	134,24
Categoria – B.....	63,33	126,66
Categoria – C.....	51,36	102,72
Calçados		
Categoria – A.....	232,94	465,08
Categoria – B.....	193,59	387,18
Categoria – C.....	162,04	324,08
Comércio de Adubos, Fertilizantes e Agropecuários		
Categoria – A.....	213,39	426,78
Categoria – B.....	185,86	371,72
Categoria – C.....	162,04	324,08
Cinemas e Teatros		
Categoria Única.....	232,93	465,86
Círcos e Parques de Diversões e Leilões - Sede		
Por dia.....	39,58	79,16
Casas Lotéricas		
Categoria – A.....	118,49	236,98
Categoria – B.....	94,64	189,28
Categoria – C.....	77,16	154,32
Casas de Artigos de Caça e Pesca		
Categoria – A.....	142,26	284,52
Categoria – B.....	114,43	228,06
Categoria – C.....	94,96	189,92
Carpintaria e Consertos de Móveis		
Categoria – A.....	118,49	236,98
Categoria – B.....	94,70	189,28
Categoria – C.....	82,91	165,82
Casas de Móveis		
Categoria – A.....	232,93	465,86
Categoria – B.....	192,63	385,26
Categoria – C.....	118,49	236,98
Despachantes e Escritórios de Contabilidade		
Categoria – A.....	173,93	347,86
Categoria – B.....	133,26	266,52
Categoria – C.....	118,49	236,98
Depósito de Inflamáveis, Explosivos e Similares		
Categoria – A.....	118,49	236,98
Categoria – B.....	83,07	166,14
Categoria – C.....	72,91	145,82
Depósito de Bebidas		
Categoria – A.....	292,26	584,52
Categoria – B.....	258,84	517,68
Categoria – C.....	216,54	433,00
Depósitos Fechados		
Categoria – A.....	320,11	640,22
Categoria – B.....	296,05	592,10
Categoria – C.....	280,50	561,00
Empórios		
Categoria – A.....	142,26	284,52
Categoria – B.....	118,28	236,56
Categoria – C.....	95,15	190,30
Empresa Funerária		
Categoria Única.....	292,01	584,02
Eletrodoméstico		
Categoria – A.....	351,66	703,32
Categoria – B.....	320,59	641,18
Categoria – C.....	302,71	605,42
Exposição, Feiras e Quermesses		
Por dia.....	12,02	24,04
Estacionamento de Veículos		
Categoria Única.....	233,10	466,20
Estúdio Fotográfico, Cinematográfico e de Gravação		
Categoria – A.....	142,26	284,52
Categoria – B.....	118,28	236,56
Categoria – C.....	95,15	190,30
Ensino		
1 – Pré Primário.....	67,12	134,24
2 – Primário.....	90,90	181,80
3 – Supletivo.....	118,28	236,56
4 – Médio.....	181,58	363,16
5 – Médio Profissional.....	205,42	410,84
6 – Superior.....	317,96	635,92
Estacionamento Bancário		
Categoria – A.....	1192,98	2.385,96
Categoria – B.....	1073,90	2.147,80
Categoria – C.....	971,83	1.943,66
Escola de Cabelreiro		
Categoria – A.....	74,39	148,78
Categoria – B.....	63,10	126,20
Escola Datilografia		
Categoria – A.....	127,48	254,96
Categoria – B.....	118,48	236,96
Categoria – C.....	85,99	171,98
Escola de Música e Dança		
Categoria – A.....	141,26	282,52
Categoria – B.....	118,48	236,96
Escola de Corte e Costura		
Categoria – A.....	75,10	150,20
Categoria – B.....	63,36	126,72
Farmácia		
Categoria – A.....	181,58	363,16
Categoria – B.....	154,14	308,28
Categoria – C.....	142,26	284,52
Fabricação de Lajotas e Muros de Concretos		
Categoria – A.....	233,19	466,38
Categoria – B.....	213,39	426,78
Categoria – C.....	185,60	371,20
Funilaria e Pintura		
Categoria – A.....	142,26	284,52
Categoria – B.....	118,48	236,96
Categoria – C.....	94,95	189,90
Ferragens		
Categoria – A.....	156,45	312,90
Categoria – B.....	142,26	284,52
Categoria – C.....	126,99	253,90
Hospital, Sanatório, Ambul, Pronto Socorro, Casas de Saúde e Congêneres		
Categoria – A.....	362,02	724,04
Categoria – B.....	311,55	623,10
Categoria – C.....	260,64	521,28
Hotéis – por leito		
Categoria – A.....	15,86	31,72
Categoria – B.....	12,83	25,66
Categoria – C.....	8,53	17,06
Categoria – D.....	6,24	12,48
Observação: Nos hotéis com fornecimento de refeições, a taxa de Fiscalização e Funcionamento, serão cobradas em dobro.		
Indústrias/ Frigoríficos		
A – Até 05 empregados.....	142,26	284,52
B – de 06 a 10 empregados.....	164,22	328,44
C – de 11 a 15 empregados.....	239,98	479,96
D – de 16 a 20 empregados.....	303,29	606,58
E – de 21 a 30 empregados.....	362,04	724,08
F – de 31 a 40 empregados.....	446,40	892,80
G – de 41 a 50 empregados.....	492,59	985,18
H – mais de 50 empregados.....	706,82	1.413,64
Livraria e Papelaria		
Categoria – A.....	151,66	303,32
Categoria – B.....	127,03	254,06

Categoria – C.....		101,22	202,44
<b>Lanchonete</b>			
Categoria – A.....		151,74	303,48
Categoria – B.....		143,12	286,24
Categoria – C.....		125,45	250,90
<b>Louças</b>			
Categoria – A.....		143,12	286,24
Categoria – B.....		117,96	235,92
Categoria – C.....		104,92	209,84
<b>Laboratório de Análise Clínicas e Eletricidade Médica</b>			
Categoria Única.....		193,54	387,08
<b>Mercadoria</b>			
Categoria – A.....		151,74	303,48
Categoria – B.....		121,25	242,50
Categoria – C.....		101,22	202,44
<b>Materiais para Construção</b>			
Categoria – A.....		349,18	698,36
Categoria – B.....		529,28	1.058,56
Categoria – C.....		462,54	925,48
<b>Máquina de Benefício - 1 - Café</b>			
Categoria – A.....		809,76	1.619,52
Categoria – B.....		639,94	1.279,88
Categoria – C.....		463,37	926,74
<b>Máquina de Benefício - 2 - Arroz</b>			
Categoria – A.....		292,26	584,52
Categoria – B.....		233,19	466,38
Categoria – C.....		181,58	363,16
<b>Máquina de Benefício - 3 - Algodão</b>			
Categoria – A.....		604,40	1.208,80
Categoria – B.....		529,49	1.058,98
Categoria – C.....		430,55	861,10
<b>Medidores de Negócio e Outros Profissionais Autônomos</b>			
Categoria Única.....		54,42	108,84
<b>Materiais Elétricos e Luminárias</b>			
Categoria – A.....		181,58	363,16
Categoria – B.....		137,03	274,06
Categoria – C.....		137,03	274,06
<b>Motéis</b>			
Categoria Única.....		233,19	466,38
<b>Óticas</b>			
Categoria – A.....		181,58	363,16
Categoria – B.....		142,26	284,52
Categoria – C.....		137,03	274,86
<b>Oficinas de Veículos Automotores</b>			
Categoria – A.....		209,42	418,84
Categoria – B.....		185,60	371,20
Categoria – C.....		162,03	324,06
<b>Oficinas de Consertos de Bicicletas e Motocicletas</b>			
Categoria – A.....		83,71	167,42
Categoria – B.....		75,10	150,20
Categoria – C.....		63,36	126,72
<b>Outras Oficinas de Consertos em Geral</b>			
Categoria – A.....		118,48	236,96
Categoria – B.....		99,44	198,88
Categoria – C.....		75,10	150,20
<b>Pensão e Similares – por leito</b>			
Categoria – A.....		12,02	24,04
Categoria – B.....		5,97	11,96
<b>Padaria e Confeitaria</b>			
Categoria – A.....		229,48	458,96
Categoria – B.....		209,42	418,84
Categoria – C.....		185,60	371,20
<b>Profissionais Liberais sem Relação de Emprego</b>			
Categoria Única.....		63,37	126,74
<b>Posto de Gasolina – por Bomba</b>			
Categoria – A.....		118,48	236,96
Categoria – B.....		99,44	198,88
Categoria – C.....		75,10	150,20
<b>Posto de Serviços para Veículos – por Lavador</b>			
Categoria – A.....		63,47	126,94
Categoria – B.....		51,29	102,58
Categoria – C.....		64,62	129,24
<b>Peças e Acessórios para Automóveis</b>			
Categoria – A.....		209,43	418,86
Categoria – B.....		185,61	371,22
Categoria – C.....		162,06	324,12
<b>Quaisquer Espetáculos ou Diversão não Constante desta Tabela</b>			
Por dia.....		11,79	23,50
<b>Representantes Comerciais Autônomos e Corretores</b>			
Categoria Única.....		39,58	79,16
<b>Relojoaria, Consertos de Relógios e Jóias</b>			
Categoria – A.....		185,61	371,22
Categoria – B.....		162,06	324,12
Categoria – C.....		142,27	284,54
<b>Restaurantes</b>			
Categoria – A.....		209,43	418,86
Categoria – B.....		185,61	371,22
Categoria – C.....		162,02	324,04
Categoria – D.....		142,27	284,54
<b>Revenda de Veículos - Automóveis e Tratores - Em Agência</b>			
Categoria Única.....		722,54	1.445,08
<b>Revenda de Veículos - em garagem</b>			
Categoria – A.....		517,15	1034,30
Categoria – B.....		461,74	923,48
Categoria – C.....		351,66	703,32
<b>Revenda de Flores</b>			
Categoria – A.....		142,27	284,54
Categoria – B.....		118,48	236,96
Categoria – C.....		94,95	189,90
<b>Restaurantes Boates e Similares</b>			
Categoria Única.....		209,45	418,90
<b>Secos e Molhados – 1 - Varejo</b>			
Categoria – A.....		323,88	647,76
Categoria – B.....		284,53	569,06
Categoria – C.....		272,54	545,08
Categoria – D.....		181,58	363,16
<b>Secos e Molhados – 2 - Atacadistas</b>			
Categoria – A.....		450,33	900,66
Categoria – B.....		375,44	750,88
Categoria – C.....		272,54	545,08
Categoria – D.....		181,58	363,16
<b>Salão de Engraxates – por cadeira</b>			
Categoria Única.....		6,80	13,60
<b>Selaria</b>			
Categoria – A.....		118,48	236,92
Categoria – B.....		94,95	189,90
Categoria – C.....		67,18	134,36
<b>Sapataria e Artigos de Couros</b>			
Categoria – A.....		142,27	284,54
Categoria – B.....		118,48	236,96
Categoria – C.....		94,95	189,90
<b>Serrarias</b>			
Categoria – A.....		162,06	324,12
Categoria – B.....		142,27	284,54
Categoria – C.....		118,48	236,96
<b>Sorveterias</b>			
Categoria – A.....		162,06	324,12
Categoria – B.....		174,49	348,98
Categoria – C.....		91,40	182,80
<b>Salões de Beleza - Por cadeira ou Oficial</b>			
Categoria – A.....		38,08	76,16
Categoria – B.....		26,50	53,00
Categoria – C.....		11,58	23,16
<b>Serralherias</b>			
Categoria – A.....		189,20	378,40
Categoria – B.....		178,66	357,32
Categoria – C.....		155,98	311,96
<b>Supermercados</b>			
Categoria – A.....		1010,63	2.021,26
Categoria – B.....		893,75	1.787,50
Categoria – C.....		669,28	1.338,56
Categoria – D.....		466,74	933,48
Categoria – E.....		380,44	760,88
Categoria – F.....		292,48	584,96
Categoria – G.....		224,46	448,92
<b>Tipografia</b>			
Categoria – A.....		186,35	372,70
Categoria – B.....		156,01	312,02
Categoria – C.....		136,94	263,80
Categoria – D.....		114,04	228,08
<b>Tapeçarias</b>			
Categoria – A.....		117,92	235,84
Categoria – B.....		91,40	182,80
Categoria – C.....		72,30	144,60
<b>Tecidos e Confeções</b>			
Categoria – A.....		285,22	570,44
Categoria – B.....		224,46	448,92
Categoria – C.....		147,30	294,60
<b>Tinturarias e Lavanderias</b>			
Categoria – A.....		91,40	182,80
Categoria – B.....		72,30	144,60
Categoria – C.....		53,28	106,56
<b>Quaisquer outras atividades Industriais, Agropecuárias e Financeiras, não incluídas nesta Tabela, assim como qualquer Estabelecimentos e Pessoas Físicas ou Jurídicas de que de modo permanente ou temporário prestem os serviços ou exercem as atividades constantes na lista de serviços do artigo 241 deste código.</b>			
Categoria – A.....		445,02	890,04
Categoria – B.....		338,50	677,00
Categoria – C.....		281,33	562,66
Categoria – D.....		224,46	448,92
Categoria – E.....		178,66	357,32
Categoria – F.....		152,10	304,20
Categoria – G.....		129,25	259,10
Categoria – H.....		114,35	228,70
Categoria – I.....		105,14	210,28
Categoria – J.....		91,40	182,80
Categoria – K.....		86,10	172,20
Categoria – L.....		72,31	144,62
<b>TABELA ANEXA N.º III</b>			
<b>Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial</b>			
<b>1 - Prorrogação de Horário Especial</b>			
a) – Até às 22:00 horas			
Por dia.....			38,08





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.004,de 27 de outubro de 2023.

Reajusta Preços Públicos dos Boxes do Terminal Rodoviário Intermunicipal de Passageiros José AntônioCaparroz no Município de Jales.

LUIS HENRIQUES DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.

Considerando o disposto no § 2º do Artigo 1º da Lei nº 2.859 de 15 de dezembro de 2004.

Considerando a necessidade de correção desses valores, anualmente, através do índice inflacionário INPC do IBGE acumulado no período de outubro de 2022 a setembro de 2023, a saber: 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento).

**DECRETO:**

Art. 1º Fica reajustado em 4,51 % (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) o valor do m² das permissões dos Boxes do Terminal Rodoviário Intermunicipal de Passageiros José Antônio Caparroz no Município de Jales, a ser cobrado mensalmente para o exercício de 2024.

Parágrafo único. Por força do percentual de reajuste estabelecido neste artigo o preço por metro quadrado passa para:

I – R\$ 22,95 (vinte e dois reais e noventa e cinco centavos) para os boxes com área de até 30(trinta) metros quadrados;

II – R\$ 17,16 (dezesseis reais e dezesseis centavos) para os boxes com área de 31(trinta e um) até 60 (sessenta) metros quadrados;

III – R\$ 8,57 (oito reais e cinquenta e sete centavos) para os boxes com área acima de 60 (sessenta) metros quadrados.


Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.005,de 27 de outubro de 2023.

Atualiza Tabelas de Preços Públicos.

LUIS HENRIQUES DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.

Considerando a necessidade de correção desses valores, anualmente, através do índice inflacionário INPC do IBGE acumulado no período de outubro de 2022 a setembro de 2023, a saber: 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento).

**DECRETO:**

Art. 1º Fica aprovada a Tabela de Preços Públicos relativo a:

DESCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$
<b>I – EXPEDIENTE</b>	
a) Guia de Recolhimento.....	4,00
b) Registro em Protocolo.....	7,32
c) Atestados – por folha.....	10,02
d) Certidão – por folha.....	25,79
e) Alvará – por folha.....	17,72
f) Inscrição.....	17,72
g) Baixa de qualquer natureza.....	23,62
h) Decreto contendo aprovação de arrendamento e loteamento.....	48,59
i) Contratos.....	48,59
j) Transferências.....	23,80
k) Fornecimento de 2ª via – Qualquer.....	18,24
l) Buscas por ano ou fração.....	33,55
m) Xerocópia de documentos – por folha.....	0,59
n) Cópia xerográfica – por folha.....	31,54
o) Cópia mapa da cidade – grande.....	49,72
p) Cópia mapa da cidade – mini-mapa.....	30,04
q) Colocação de faixas em vias públicas – por faixa.....	40,81
r) Pintura de faixas privativas ou garagem – por faixa.....	79,40
s) Transporte de placa de impedimento de ruas – por placa.....	12,50
t) Uso de solo público – por m2 – por dia.....	0,59
<b>II – SERVIÇOS DIVERSOS</b>	
<b>1 – VISTORIAS</b>	
a) Em prédios, circos e similares, clubes esportivos, cinema e boates.....	25,80
b) Habite-se.....	25,80
<b>2 – NUMERAÇÃO EM PREDIOS</b>	
a) Atestado de número.....	25,80
<b>3 – OUTROS</b>	
a) Rebaixamento de guias – por guia.....	19,99
b) Roçagens com equipamentos – por M2.....	2,67
c) Aprovação de desdobra.....	46,50
d) Capinagem e rastelagem – por m2.....	2,67
e) Remoção de terra – por viagem.....	79,40
f) Remoção de terra colocadas em vias e logradouros públicos – por m3.....	19,99
g) Remoção de entulhos colocados em vias e logradouros públicos – por m3.....	19,99
h) Caminhão de água pipa – zona urbana.....	42,08
i) Caminhão de água pipa – zona rural.....	80,90
j) Uso do hangar – por mês.....	405,99
k) Aluguel de palanque para atividade privada.....	77,42
<b>4 – TUBOS DE CONCRETO COM ARMAÇÃO E GUIAS SARJETAS</b>	
a) 1,00 X 1,00 M por tubo sem bolsa.....	269,40
b) 1,00 X 0,60 M por tubo sem bolsa.....	134,51
c) 1,00 X 0,40 M por tubo sem bolsa.....	81,49
d) Guias e sarjetas – por guia.....	24,26
<b>III – TERMINAL RODOVIARIO</b>	
a) Tarifa de embarque.....	Tabela do DER
b) Tarifa de guarda volume – por dia.....	6,24
c) Balneário – por pessoa.....	8,25
<b>IV – SERVIÇOS DE MAQUINAS, TERRAPLANAGEM E VEICULOS</b>	
a) Pá carregadeira – por hora.....	163,27
b) Motorveladora – por hora.....	137,52
c) Trator de esteira – por hora.....	125,12
d) Retroescavadeira – por hora.....	159,03
e) Caminhão muncK – por hora.....	94,93
f) Rolo compactador de chapa liso 10 TN – por hora.....	145,48
g) Rolo compactador de chapa liso pequeno – por hora.....	112,59
h) Compactador manual “sapo” à gasolina – por hora.....	42,56
i) Placa vibratória manual à gasolina – por hora.....	42,56
j) Caminhão carga seca 1113 – por hora.....	77,38
k) Caminhão carga seca 709 – por hora.....	57,30
l) Caminhão basculante (7 m3) por viagem.....	78,22
<b>V – CENTRO CULTURAL</b>	
a) Aluguel do Centro Cultural para atividades privada.....	01 ( um ) salário mínimo
b) Espetáculos de bilheteria.....	10 % da arrecadação
<b>VI – SECRETARIA DE ESPORTES</b>	
a) Utilização do Ginásio Municipal de Esportes – por hora.....	35,31

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas todas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.027, de 10 de novembro de 2023.

Estabelece o Calendário de Feriados e de Pontos Facultativos a ser observado pela Secretaria Municipal de Educação na elaboração do Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino para o Exercício de 2024.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo no uso de minhas atribuições legais, etc.:

Considerando o Ofício nº 1473/2023-SME, protocolado sob o nº 17.770, de 18 de outubro de 2023, solicitando a elaboração do Calendário Escolar das Escolas da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2024.

Considerando a obrigatoriedade de se assegurar em todas as unidades escolares o cumprimento dos mínimos de dias de efetivo trabalho escolar e de carga horária anual exigidos pela Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Considerando necessidade de se contar com instrumento legal específico que preveja e contemple as atividades necessárias para promover eficácia e eficiência à gestão escolar.

Considerando a oportunidade de se adotar um calendário mais compatível com os dos sistemas de ensino de outras esferas administrativas.

Considerando o Decreto nº 10.026, de 10 de novembro de 2023, o qual estabelece o Calendário de Feriados e de Pontos Facultativos a ser observado pelo Poder Executivo do Município de Jales para o Exercício de 2024.

**DECRETO:**

Art. 1º Ficam estabelecidos os Feriados e Pontos Facultativos a serem observados pela Secretaria Municipal de Educação na elaboração do Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino, no exercício de 2024, como segue:

- 01/01/2024 – Feriado Nacional – Confraternização Universal.

- 02/01/2024 – Ponto Facultativo.

- 12/02/2024 – Ponto Facultativo – Carnaval.

- 13/02/2024 - Ponto Facultativo – Camaval.

- 14/02/2024 – Ponto Facultativo – Quarta-feira de Cinzas.

- 29/03/2024 – Feriado Nacional – Paixão de Cristo.

- 31/03/2024 – Feriado Nacional – Comemoração da Páscoa.

- 15/04/2024 – Feriado Municipal – Aniversário de Fundação do Município de Jales.

- 21/04/2024 – Feriado Nacional – Tiradentes.

- 01/05/2024 – Feriado Nacional – Dia Mundial do Trabalho.

- 30/05/2024 – Feriado Nacional – Corpus Christi.

- 31/05/2024 – Ponto Facultativo.

- 08/07/2024 – Ponto Facultativo.

- 09/07/2024 – Feriado Estadual – Revolução Constitucionalista.

- 15/08/2024 – Feriado Municipal – Padroeira da Diocese Nossa Senhora da Assunção.

- 16/08/2024 – Ponto Facultativo.

- 07/09/2024 – Feriado Nacional – Dia da Independência do Brasil.

- 12/10/2024 – Feriado Nacional – Nossa Senhora Aparecida – Padroeira do Brasil.

- 15/10/2024 – Ponto facultativo – Dia do Professor.

- 28/10/2024 – Ponto Facultativo – Dia do Servidor Público.

- 02/11/2024 – Feriado Nacional – Finados.

- 15/11/2024 – Feriado Nacional – Proclamação da República.

- 20/11/2024 – Feriado Estadual – Dia da Consciência Negra.

- 24/12/2024 – Ponto Facultativo.

- 25/12/2024 – Feriado Nacional – Natal.

- 26/12/2024 – Ponto Facultativo.

- 31/12/2024 – Ponto Facultativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 10 de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.007, de 27 de outubro de 2023.

Permite o uso de imóvel público do Município de Jales pela empresa Antonio Carlos Sabadini Rosa ME e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando o conteúdo do Processo nº 18104/2023, no qual a empresa Antonio Carlos Sabadini Rosa ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 14.247.834/0001-00, requer terreno para desenvolvimento das suas atividades econômicas, possibilitando a geração de empregos, aumento de renda e desenvolvimento de atividades em consonância com a legislação de uso e ocupação do solo.

Considerando o § 3º do Art. 99 da Lei Orgânica do Município de Jales, o qual dispõe que a permissão de uso de bens municipais por terceiros pode ser feita a título precário por Decreto.

Considerando que o Município de Jales é o proprietário do imóvel público registrado sob Matrícula nº 20.969, situado na Rua Túlio Balestreiro esquina com a Rua João Cardoso da Silva e Rua Mirassol, nº 28, COHAB José Antônio Caparroz Bogaz I.

Considerando a Lei Municipal nº 3.162, de 8 de novembro de 2006, a qual dispõe sobre a Política de Fomento ao Desenvolvimento Econômico do Município de Jales.

Considerando o interesse público da Administração Pública Municipal em promover o desenvolvimento econômico, geração de empregos, aumento de renda da população, etc.

**DECRETO:**

Art. 1º Fica permitido a empresa Antonio Carlos Sabadini Rosa ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 14.247.834/0001-00, o uso de parte do imóvel público do Município de Jales registrado sob Matrícula nº 20.969 - CRIA Jales, situado na Rua Túlio Balestreiro esquina com a Rua João Cardoso da Silva e Rua Mirassol, nº 28, COHAB José Antônio Caparroz Bogaz I, para fins de desenvolvimento de atividades econômicas visando o fomento ao desenvolvimento econômico, conforme Lei Municipal 3.162, de 8 de novembro de 2006.

Art. 2º A Permissão de Uso de Bem Imóvel Público, a Título Precário e Oneroso, objeto do presente Decreto, será dada a título excepcional, pelo prazo de 60 (sessenta) meses em caráter oneroso, e havendo interesse público o mesmo poderá ser prorrogado por iguais períodos.

§ 1º A mencionada Permissão de Uso de Bem Imóvel Público poderá ser rescindida a qualquer tempo por ambas as partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Poderá ser rescindida a qualquer momento, por iniciativa da Permitente, quando constatado:

I - Que a Permissionária promoveu a cessão do imóvel a terceiros, no todo ou em parte, sem a prévia autorização escrita da Permitente;

II - Quando constatado que a Permissionária tenha agido com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução desta Permissão;

III - Se verificado o descumprimento de quaisquer das condições deste Decreto.

§ 3º Poderá ainda a Permitente, quando o interesse público assim o exigir, modificar ou revogar unilateralmente a Permissão de Uso de Bem Imóvel Público.

§ 4º Em caso de rescisão, todos os ônus originários de serviços ou materiais vinculados aos associados, a terceiros, prestadores ou fornecedores em razão de despesas provenientes da utilização do imóvel sejam elas, ligação e consumo de energia elétrica, água, gás ou telefone, ou qualquer outra de mesma natureza, serão de inteira responsabilidade da Permissionária.

Art. 3º Poderá a Permissionária, realizar no imóvel, às suas expensas exclusivas, as adaptações necessárias para o funcionamento e desenvolvimento das atividades objeto desta Permissão de Uso de Bem Imóvel Público, respeitando às obrigações e regulações dos órgãos do Município de Jales e demais entidades reguladoras e fiscalizadoras, principalmente relacionadas à segurança das edificações, higiene e salubridade no desenvolvimento de suas atividades.

Parágrafo único. As benfeitorias, ainda que necessárias, bem como aquelas resultantes das adaptações realizadas pela Permissionária no imóvel, exceto bens não incorporáveis a bens imóveis, passarão a integrar o patrimônio da Permitente, não gerando direito à retenção ou indenização por parte da Permissionária, ao final do período de permissão, ou quando da sua desocupação.

Art. 4º São responsabilidades da Permissionária:

I - A Permissionária assume total responsabilidade pelo espaço, comprometendo-se a mantê-lo em perfeitas condições de conservação e a ressarcir a Permitente, por eventuais prejuízos materiais causados ao imóvel, decorrentes de eventual uso inadequado, ou qualquer outro sinistro que possam vir a ocorrer em função da atividade desenvolvida;

II - Não permitir que terceiros se apessem do imóvel, dando imediato conhecimento a Permitente de qualquer turbação de posse que se verifique, sendo responsável por sua desocupação;

III - Obter, às suas expensas, todas as licenças e autorizações que se fizerem necessárias para a realização de suas atividades, responsabilizando-se legalmente, para todos os fins, por qualquer uso indevido do imóvel;

IV - Será da Permissionária a responsabilidade por todos os encargos e custos para atendimento de normas de segurança, ambientais, trabalhistas, previdenciárias, autorais e outras pertinentes ao uso do imóvel, bem como todos os ônus tributários, civis e administrativos inerentes ao seu uso;

V - Serão da Permissionária todas as responsabilidades civis, trabalhistas e previdenciárias decorrentes dos contratos de trabalho, relativas às atividades desenvolvidas no imóvel;

VI - A Permissionária deverá responder por eventuais danos morais ou materiais, que possam ser causados a terceiros, resultantes da utilização do espaço objeto deste Decreto, bem como por ação ou omissão de seus representantes, associados, empregados ou prepostos, mesmo que decorrentes de atividades desvinculadas das razões da ocupação;

VII - Caberá a Permissionária responsabilizar-se pela segurança, limpeza e conservação do espaço ora cedido, devendo providenciar, às suas expensas, as manutenções necessárias, bem como, deverá zelar pelas instalações das dependências cedidas;

VIII - A Permissionária deverá permitir a fiscalização e vistoria do imóvel, pela Permitente, quando esta julgar necessário;

IX - Será da Permissionária a responsabilidade por todos os tributos, encargos e emolumentos, decorrentes da atividade desenvolvida, obrigando-se a arcar com as sanções aplicáveis em vista de eventual inadimplemento das obrigações legais, inclusive em caso de

X - A PERMISSIONÁRIA deverá fazer o manejo sustentável da área anexa, responsabilizando-se pela segurança, limpeza e conservação do espaço, devendo providenciar, às suas expensas, as manutenções necessárias, bem como, deverá zelar pelas instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias das dependências cedidas;

Art. 5º A Permitente não cobrará nenhum valor da Permissionária pela utilização do imóvel de forma direta, exceto quando houver necessidade de indenizações.

Art. 6º A gestão e fiscalização da Permissão de Uso de Bem Imóvel Público ficará a cargo da Permitente através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômica, Cultura e Turismo.

Parágrafo único. A Permissionária deverá indicar um representante para contatos por parte da Permitente.

Art. 7º A Permitente firmará Termo de Permissão de Uso com a Permissionária, contendo todas as disposições contidas neste Decreto e demais que julgar necessárias.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município de Jales

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.008, de 27 de outubro de 2023.

Dispõe sobre a publicidade da vigência dos Concursos Públicos e Processos Seletivos suspensos durante a Pandemia decorrente de COVID-19, sendo eles o Concurso Público Edital nº 01/2016, Concurso Público Edital nº 01/2017, Concurso Público Edital nº 02/2017, Processo Seletivo Edital nº 01/2017 e Processo Seletivo Edital nº 01/2021.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando o Decreto nº 6.770, de 29 de junho de 2016, que homologou o resultado final do Concurso Público disciplinado pelo Edital nº 01/2016, Decreto de Prorrogação de prazo nº 7.330 de 29 de maio de 2018.

Considerando o Decreto nº 7.188, de 06 de fevereiro de 2018, que homologou o resultado final do Concurso Público disciplinado pelo Edital nº 01/2017, Decreto de Prorrogação de prazo nº 7.956, de 02 de fevereiro de 2022.

Considerando o Decreto nº 7.187, de 02 de fevereiro de 2018, que homologou o resultado final do Concurso Seletivo disciplinado pelo Edital nº 02/2017, Decreto de Prorrogação de prazo nº 7.957, de 02 de fevereiro de 2022.

Considerando o Decreto nº 7.169, de 17 de janeiro de 2018, que homologou o resultado final do Processo Seletivo disciplinado pelo Edital nº 01/2017, Decreto de Prorrogação de prazo nº 7.980, de 17 de janeiro de 2020.

Considerando o Decreto nº 8.927, de 10 de janeiro de 2022, que homologou o resultado final do Processo Seletivo disciplinado pelo Edital nº 01/2021.

Considerando o Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Município nº 518/2023, de 22 de agosto de 2023, que dispõe sobre o aferimento do prazo remanescente dos referidos concursos públicos.

**DECRETO:**

Art. 1º Torna-se público os prazos de vigência dos Concursos Públicos 01/2016, 01/2017 e 02/2017; e, vigência dos Processos Seletivos 01/2017 e 01/2021; suspensos no período de Pandemia decorrente da COVID-19, nos termos do Anexo, que integra este Decreto:

I - Concurso 01/2016, vigência até 16/02/2023;

II - Concurso 01/2017, vigência até 25/09/2023;

III - Concurso 02/2017, vigência até 21/09/2024;

IV - Processo Seletivo 01/2017, vigência até 05/09/2023;

V - Processo Seletivo 01/2021, vigência até 10/11/2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 19 de outubro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA


Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração

FONE/FAX: (17) 3632-6889 - E-mail: jn.folharegional@gmail.com





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 10.012, de 30 de outubro de 2023.

Regulamenta a forma de reajuste das tarifas de utilização do Estacionamento Rotativo Pago, denominado de Zona Azul, no âmbito do Município de Jales, e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc;

Considerando a Lei nº 4.672, de 25 de agosto de 2017, a qual estabelece normas para a instituição e concessão de sistema de estacionamento rotativo, no âmbito do Município de Jales, denominado de Zona Azul; dispõe sobre estacionamento para carga e descarga de veículos e dá outras providências.

Considerando a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a qual dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Considerando o Processo nº 16.246, de 15 de setembro de 2023, no qual a empresa concessionária ASG ENGENHARIA LTDA, operadora do estacionamento rotativo pago, denominado de Zona Azul, requer o reajustamento das tarifas de utilização, conforme disposto no Contrato nº 171/2018.

Considerando que o Contrato nº 171/2018, dispõe em sua Cláusula Quarta que os valores das tarifas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Considerando que até a presente data não foi realizada nenhum reajuste das tarifas, tendo em vista o período de pandemia em decorrência da COVID-19.

Considerando a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Considerando a necessidade de aproximação de valores das tarifas do estacionamento rotativo pago, denominado de Zona Azul, de acordo com a moeda corrente nacional, principalmente no tocante a casa decimal.

Considerando os Pareceres Jurídicos de 15/10/2021 e 27/09/2023 constantes no Processo Licitatório nº 112/2017 - Concorrência nº 03/2017 - Contrato nº 171/2018, os quais são favoráveis a correção das tarifas do estacionamento rotativo pago, denominado de Zona Azul, tendo como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

**DECRETO:**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a forma de reajuste das tarifas de utilização do Estacionamento Rotativo Pago, denominado de Zona Azul, no âmbito do Município de Jales.

Art. 2º Fica determinado que o índice de reajuste das tarifas mencionadas no artigo anterior é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Art. 3º Os valores de utilização do Estacionamento Rotativo Pago, denominado de Zona Azul, ficam reajustados para os seguintes valores:

I - ÁREA VERDE - Tarifa Base: R\$ 1,30 por hora:

a) 60 (sessenta) minutos: R\$ 1,30;

b) 90 (noventa) minutos: R\$ 1,95;

c) 120 (cento e vinte) minutos: R\$ 2,60;

d) 150 (cento e cinquenta) minutos: R\$ 3,25;

e) 180 (cento e oitenta) minutos: R\$ 3,90;

f) 210 (duzentos e dez) minutos: R\$ 4,55;

g) 240 (duzentos e quarenta) minutos: R\$ 5,20.

II - ÁREA AZUL - Tarifa Base: R\$ 2,00 por hora:

a) 60 (sessenta) minutos: R\$ 2,00;

b) 90 (noventa) minutos: R\$ 3,00;

c) 120 (cento e vinte) minutos: R\$ 4,00.

Parágrafo único. O valor da tarifa do A.I. (Aviso de Irregularidade) é 10 (dez) vezes o valor da hora na respectiva área de estacionamento.

Art. 4º A tarifa de utilização da vaga destinada a veículos e automóveis, sendo ocupada por caçamba estacionária coletora de entulhos, contêiner ou estacionar veículo com necessidade diária, com autorização especial, deverá ser paga pelo tempo de uso.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2023, ficando revogadas todas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 30 de outubro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 10.023, de 09de novembro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.625, de 09de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

**DECRETO:**

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 27.925,02 (vinte e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais e dois centavos).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.365.0011.2112.0000			GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
Ficha	960	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Fonte	01 -83.264,37
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0010.2035.0000			GESTÃO DA SAÚDE		
Ficha	731	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	01 -39.000,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 09de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 10.023, de 09de novembro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.625, de 09de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

**DECRETO:**

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 27.925,02 (vinte e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais e dois centavos).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	09	13	EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.361.0011.2044.0000			MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
Ficha	587	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte	05 15.925,02
02	13	00	SECRETARIA MUN DE GOVERNO - SMG		
04.122.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE		
Ficha	901	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 12.000,00

Art. 3ºO presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 15.925,02 (quinze mil, novecentos e vinte e cinco reais e dois centavos) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II- R\$ 12.000,00 (doze mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA		
04.122.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ficha	141	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	01 -12.000,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 09de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 10.024, de 09 de novembro de 2023.

Autoriza abertura Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, prevista inciso VIII, art. 4º, na Lei nº 5.490, de 09 de dezembro de 2022, faço saber;

**DECRETO:**

Art. 1º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02	03	01	SECRETARIA MUN DE DESEN ECONÔMICO, CULTURA E TURISMO- SMDREC		
23.691.0017.2120.0000			PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Ficha	1157	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	05 130.000,00

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

**I – R\$ 130.000,00 de anulação parcial das seguintes dotações**, nos termos do inciso VIII, art. 4º da Lei nº 5.284, de 14 de dezembro de 2021:

02	14	00	SECRETARIA MUN DE MOBIL, URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA- SMMUSP		
15.451.0014.2104.0000			GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO		
Ficha	1159	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte	05 -130.000,00

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 09 de novembro de 2023.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 09 de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 10.025, de 10 de novembro de 2023.

Estabelece a quantidade de contratos de aprendizagem da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, em conformidade com o Programa Jovem Aprendiz, criado pela Lei Complementar nº 323, de 13 de fevereiro de 2020.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.:

Considerando o disposto no Art. 1º da Lei Complementar nº 323, de 13 de fevereiro de 2020.

**DECRETO:**

Art. 1º Em cumprimento ao Art. 1º da Lei Complementar nº 323, de 13 de fevereiro de 2020, fica estabelecida a quantidade mínima de contratos de aprendizagem no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Quantidade
Servidores Públicos Municipais (mês de referência: janeiro/2023	1.328
Percentual de 5% do total de servidores	66
Percentual de 10% (portadores de necessidades especiais)	7

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 10 de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 10.026, de 10 de novembro de 2023.

Estabelece o Calendário de Feriados e de Pontos Facultativos a ser observado pelo Poder Executivo do Município de Jales para o Exercício de 2024.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.:

Considerando a quantidade de Feriados e Pontos Facultativos no Exercício de 2024 e com a finalidade de gerenciamento e organização com eficiência os serviços públicosdo Poder Executivo do Município de Jales, se torna relevante a referida Administração elaborar um calendário antecipado expondo todos feriados e pontos facultativos para o exercício em questão.

**DECRETO:**

Art. 1º Ficam estabelecidos os Feriados e Pontos Facultativos a serem observados pelo Poder Executivo do Município de Jales, no Exercício de 2024, como segue:

- 01/01/2024 – Feriado Nacional – Confraternização Universal.

- 02/01/2024 – Ponto Facultativo.

- 12/02/2024 – Ponto Facultativo – Carnaval.

- 13/02/2024 - Ponto Facultativo – Carnaval.

- 14/02/2024 – Ponto Facultativo – Quarta-feira de Cinzas.

- 29/03/2024 – Feriado Nacional – Paixão de Cristo.

- 31/03/2024 – Feriado Nacional – Comemoração da Páscoa.

- 15/04/2024 – Feriado Nacional – Aniversário de Fundação do Município de Jales.

- 21/04/2024 – Feriado Nacional – Tiradentes.

- 01/05/2024 – Feriado Nacional – Dia Mundial do Trabalho.

- 30/05/2024 – Feriado Nacional – Corpus Christi.

- 31/05/2024 – Ponto Facultativo.

- 08/07/2024 – Ponto Facultativo.

- 09/07/2024 – Feriado Estadual – Revolução Constitucionalista.

- 15/08/2024 – Feriado Municipal – Padroeira da Diocese Nossa Senhora da Assunção.

- 16/08/2024 – Ponto Facultativo.

- 07/09/2024 – Feriado Nacional – Dia da Independência do Brasil.

- 12/10/2024 – Feriado Nacional –Nossa Senhora Aparecida – Padroeira do Brasil.

- 28/10/2024 – Ponto Facultativo – Dia do Servidor Público.

- 02/11/2024 – Feriado Nacional – Finados.

- 15/11/2024 – Feriado Nacional – Proclamação da República.

- 20/11/2024 – Feriado Estadual –Dia da Consciência Negra.

- 24/12/2024 – Ponto Facultativo.

- 25/12/2024 – Feriado Nacional – Natal.

- 26/12/2024 – Ponto Facultativo.

- 31/12/2024 – Ponto Facultativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 10 de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 10.039, de 17de novembro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.628, de 17de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

**DECRETO:**

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 25.115,28 (vinte e cinco mil, cento e quinze reais e vinte e oito centavos).

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a executar os recursos provenientes desteDecreto, conforme prevista na Lei nº 5.628, de 17 de novembro de 2023, nas finalidades de: aquisição de diversos equipamentos para estruturação da rede de serviços de saúde, dos recursos do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0010.1002.0000			ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INVESTIMENTO)		
Ficha	1227	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	08 25.115,28

Art. 4º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 25.115,28 (vinte e cinco mil, cento e quinze reais e vinte e oito centavos) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0010.1002.1000			GESTÃO DA SAÚDE		
Ficha	752	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	08 -7.360,33
10.301.0010.1002.1002			GESTÃO DA SAÚDE		
Ficha	753	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	08 -8.671,84
10.301.0010.1002.1003			GESTÃO DA SAÚDE		
Ficha	754	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	08 -5.298,11
10.301.0010.1002.1004			GESTÃO DA SAÚDE		
Ficha	755	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte	08 -3.785,00

Art. 5º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 10.029, de13 de novembro de 2023.

Declara o Senhor José Luiz Pavam, Governador do Distrito 4480 do Rotary International, Hóspede Oficial do Município de Jales.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.:

Considerando que na presente data, o município de Jales receberá a visita oficial do Governador do Distrito 4480 do Rotary International, o Senhor José Luiz Pavam.

**DECRETO:**

Art. 1º Fica declarado Hóspede Oficial do Município de Jales, Estado de São Paulo, o Senhor **JOSÉ LUIZ PAVAM**, Governador do Distrito 4480 do Rotary International.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 13 de novembro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA


Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração

FONE/FAX: (17) 3632-6889 - E-mail: jn.folharegional@gmail.com





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.030, de 13 de novembro de 2023.

Convoca candidatos aprovados no Concurso Público instaurado pelo Edital nº 002/2017, de 23/09/2017.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA.** Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando o Ofício nº 483/2023, de 13/11/2023, da Divisão de Recursos Humanos, informando que os candidatos classificados em nº 21º, no cargo de Psicólogo e nº 16º no cargo de Assistente Social, ambos convocados pelo Decreto nº 9.990, de 26/10/2023 e nº 237º no cargo de Auxiliar de Limpeza, convocado através do Decreto nº 9.991, de 26/10/2023, não compareceram.

**DECRETO:**

Art. 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público, instaurado pelo Edital nº 002/2017, homologado através do Decreto nº 7.187, de 02 de fevereiro de 2018, a comparecerem na Prefeitura do Município de Jales/Divisão de Recursos Humanos, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Decreto, para o provimento de 01 (uma) vaga para o cargo de Psicólogo, 01(uma) vaga para o cargo de Assistente Social e 01 (uma) vaga para o cargo de Auxiliar de Limpeza a saber:

I – PSICÓLOGO:			
CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
23º	010403	DANIELE BARBOZA ANDRÉ	24,00

**II – ASSISTENTE SOCIAL:**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
17º	011686	SANDRA LEIA GOMES DA SILVA	24,00

**III – AUXILIAR DE LIMPEZA:**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
239º	012705	LUCIANA MILHAN MATSUMURA	22,00

Art. 2º Os candidatos deverão comparecerem no local designado no artigo antecedente, bem como se submeterem ao exame médico no Instituto Municipal de Previdência Social – IMPS, para comprovarem aptidão física e mental (de acordo com a Lei Complementar nº 268, de 13 de julho de 2016, conforme Art. 12.4 do Edital nº 02/2017).


Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 13 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.031, de 13 de novembro de 2023.

Nomeia em substituição de membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA.** Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a Lei Municipal nº. 2.949, de 22 de agosto de 2005, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, com alterações dadas pela Lei Municipal nº. 3.698, de 07 de janeiro de 2010;

Considerando Ofício 080/2023 – CMDCA, de 09/11/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, protocolado sob o nº 18686/2023, de 09/11/2023, solicitando a substituição dos representantes Cilmara Roque da Cruz Meira, da Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente de Jales e Higor Mariano Arco da Associação Espaço Cidadania, Cultura e Arte como membros no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

**DECRETO:**

Art. 1.º Ficam nomeados os representantes abaixo relacionados em substituição, para integrar o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.**

**VI – Representantes de entidades não-governamentais:**

a) **Titulares:**

1) Representante da AACAJ - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente:

**ADRIELE CARDOSO RAMOS**

5) Representante da ECCART - Associação Espaço Cidadania Cultura e Arte:

**GERSON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR**


Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 13 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.032, de 13 de novembro de 2023.

Libera para os usos e, ainda, levanta a garantia de execução das obras de infraestrutura do Loteamento Residencial Bella Vista, e dá outras providências.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA.** Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Infraestrutura e Mobilidade Urbana, através do Ofício nº 544/2023, certificou que todas as obras de infraestrutura do processo de aprovação do loteamento foram integralmente executadas, conforme projetos aprovados.

Considerando a Licença de Operação de Loteamento nº 62000210, expedida em 1º de outubro de 2023 pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo- CETESB -Processo nº 62/00178/17.

Considerando que foram atendidos os requisitos da Lei Complementar Municipal nº 351, de 16 de setembro de 2021.

**DECRETO:**

Art. 1º Fica liberado para os usos, o Loteamento Residencial Bella Vista, de propriedade da Empresa BVLX Empreendimentos Imobiliários LTDA.

Parágrafo único. Nenhuma construção, reconstrução, reforma, acréscimo ou demolição será feita sem prévia licença expedida pelo Poder Executivo do Município de Jales, conforme disposições do Código de Edificações do Município de Jales - Lei Complementar Municipal nº 302, de 1º de março de 2019, com suas alterações posteriores.

Art. 2º Terminada a construção ou reforma de prédio noLoteamento Residencial Bella Vista, o mesmo somente poderá ser habitado, ocupado ou utilizado após a expedição do “Auto de Conclusão” ou “Habite-se”.

Art. 3ºFica liberada a garantia, na modalidade caução, firmada através da Escritura de Re-Ratificação, lavrada no dia 24 de setembro de 2019, no Livro nº 331, às páginas nº 206/208, do Segundo Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Cidade e Comarca de Jales, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Fica a loteadora autorizada a implementar os atos necessários para fazer os registros e ou as averbações de que trata este artigo, para efeito de baixa da garantia averbada.

Art. 4º Eventuais despesas decorrentes da aplicação deste Decreto onerarão dotação própria consignada em orçamento, suplementada se necessária.


Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 13 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.033, de16 de novembro de 2023.

Declara o Senhor Roberto de Lucena, Secretário de Estado do Turismo e Viagens, Hóspede Oficial do Município de Jales.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA,** Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando que no dia 17 de novembro,o Município de Jales receberá a visita oficial do Senhor Roberto de Lucena, Secretário de Estado do Turismo e Viagens, que participará da cerimônia de abertura do Natal, Tempo de Esperança.

**DECRETO:**

Art. 1º Fica declarado Hóspede Oficial do Município de Jales, Estado de São Paulo, o Senhor **ROBERTO DE LUCENA,** Secretário de Estado do Turismo e Viagens.


Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 16 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.034, de16 de novembro de 2023.

Declara o Senhor Antônio Carlos Rodrigues, Deputado Federal e Coordenador da Bancada Federal Paulista no Congresso Federal, Hóspede Oficial do Município de Jales.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA,** Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando que no dia 17 de novembro,o Município de Jales receberá a visita oficial do Senhor **ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES,** Deputado Federal e Coordenador da Bancada Federal Paulista no Congresso Federal, que participará da cerimônia de abertura do Natal, Tempo de Esperança.

**DECRETO:**

Art. 1º Fica declarado Hóspede Oficial do Município de Jales, Estado de São Paulo, o Senhor Antônio Carlos Rodrigues, Deputado Federal e Coordenador da Bancada Federal Paulista no Congresso Federal.


Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 16 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.035, de 16 de novembro de 2023.

Autoriza abertura Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023, para os fins que especifica.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA,** Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, prevista inciso VIII, art. 4º, na Lei nº 5.490, de 09 de dezembro de 2022;

**DECRETO:**

Art. 1º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.062.926,87 (três milhões e sessenta e dois mil e novecentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
04.123.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA
Ficha	1149	3.3.90.08.99	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS
04.123.0004.2003.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA
Ficha	1176	3.3.91.97.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE
08.122.0007.2120.0000			GESTÃO DO MEIO AMBIENTE / AGRICULTURA
Ficha	1067	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
02	14	00	SECRETARIA MUN DE MOBIL. URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA - SMMUSP
15.451.0014.2120.0000			GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
Ficha	1022	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

**I – R\$ 3.062.926,87 de anulação parcial das seguintes dotações,** nos termos do inciso VIII, art. 4º da Lei nº 5.284, de 14 de dezembro de 2021:

02	06	01	SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO- SMOIDU
15.451.0014.1001.0000			GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
Ficha	973	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0007.2120.0000			GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ficha	1132	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
02	10	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.122.0010.1002.0000			GESTÃO DA SAÚDE
Ficha	1129	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER
04.131.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA
Ficha	1131	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.


Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 16 de novembro de 2023.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 16 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.037, de 16 de novembro de 2023.

Autoriza o Poder Executivo a Transferir recursos do Orçamento Vigente de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA,** Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais que lhe confere o art. 9.º, da Lei nº 5.473 de 27 de outubro de 2022, orçamento fiscal e de seguridade social, para o exercício de 2023:

**DECRETO:**

Art. 1º Ficam transferidos na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, que seguem abaixo:

**Acréscimos:**

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
28.843.0004.2042.0000			PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA
Ficha	186	4.6.90.71.00	
28.843.0004.2042.0000			SENTENÇAS JUDICIAIS
Ficha	187	4.6.90.91.00	

**Reduções:**

02	05	01	SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
04.123.0004.2003.0000			APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS
Ficha	1176	3.3.91.97.00	

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 5.473, de 27 de outubro de 2022).


Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de novembro de 2023.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 16 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.040, de 17de novembro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.629, de 17de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA,** Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

**DECRETO:**

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Especial estão constantes abaixo:

02	04	02	FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS
04.122.0004.2120.1005			MANUTENÇÃO DA UNIDADE
Ficha	1229	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
02	07	01	SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE
18.541.0015.2105.0000			GESTÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR
Ficha	1230	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) de anulação das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	04	02	FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS
04.122.0004.2120.1005			GESTÃO ADMINISTRATIVA
Ficha	158	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
02	08	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0007.2120.0000			GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ficha	1187	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.


Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

## Estado de São Paulo

Decreto nº 10.041, de 17 de novembro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.630, de 17 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA,** Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

**DECRETO:**

Art. 1º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 126.400,00 (cento e vinte e seis mil e quatrocentos reais).

Art. 2º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional Suplementar estão constantes abaixo:

02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA
04.122.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE
Ficha	142	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA
04.122.0004.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE
Ficha	145	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
02	04	02	FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS
04.122.0004.2103.0000			APOIO A MANUTENÇÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS
Ficha	151	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
02	11	02	DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER
27.812.0021.2120.0000			MANUTENÇÃO DA UNIDADE
Ficha	869	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO

Art. 3º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I- R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II- R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02	04	01	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO - SMA
04.122.0004.2120.0000			GESTÃO ADMINISTRATIVA
Ficha	141	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Art. 4º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 17 de novembro de 2023.

**LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**  
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO  
Secretário Municipal de Administração



**FONE/FAX: (17) 3632-6889 - E-mail: [jn.folharegional@gmail.com](mailto:jn.folharegional@gmail.com)**